

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ECONOMIA

LEONARDO RODRIGUES DE LIMA

SUBIMPERIALISTA? UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO BRASIL JUNTO AOS BRICS

Niterói - RJ
2020

LEONARDO RODRIGUES DE LIMA

SUBIMPERIALISTA? UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO BRASIL JUNTO AOS BRICS

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Bacharelado em
Ciências Econômicas, como requisito
parcial para conclusão do curso.

Orientador:
Prof. Dr. Leonardo de Magalhães Leite

Niterói - RJ
2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BEC
Gerada com informações fornecidas pelo autor

D278s De lima, Leonardo Rodrigues
SUBIMPERIALISTA? UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO BRASIL JUNTO AO
BRICS / Leonardo Rodrigues De lima ; Leonardo de Magalhães
Leite, orientador. Niterói, 2020.
59 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Econômicas)-Universidade Federal Fluminense, Faculdade de
Economia, Niterói, 2020.

1. Economia Internacional. 2. Produção intelectual.I.
Leite, Leonardo de Magalhães, orientador. II. Universidade
Federal Fluminense. Faculdade de Economia. III. Título.

CDD -

Com amor, à Lauren e Carlos Alberto.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Carlos e Laureen que me possibilitaram uma vida de estudos, agradeço o apoio e amor incondicionais.

A minha querida avó Laurita, minha madrinha e meu afilhado.

A turma de 2014, que inaugurou o prédio da Faculdade de Economia no Gragoatá e que me apresentaram ao Rio de Janeiro.

Aos companheiros do Diretório Acadêmico Hermann Junior pelo engajamento político.

A minha grande amiga Julia Borges e sua mãe por terem acolhido este forasteiro tão bem no Rio.

A minha estimada vizinha Beatriz pela companhia nas horas vagas e por me apresentar Niterói.

Ao professor e xará Leonardo Leite por ter me orientado durante esta pesquisa.

Aos professores da Faculdade de Economia da UFF pela dedicação ao ensino público de qualidade. Aos demais funcionários da faculdade pelo compromisso com o bom funcionamento do prédio.

Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.

Karl Marx e Friedrich Engels.

RESUMO

Esta pesquisa tem como escopo a análise da atuação brasileira conjunta ao BRICS e suas instituições a partir do conceito de subimperialismo. Portanto objetiva-se demonstrar como a adoção de políticas neoliberais, de abertura externa e desregulamentação financeira, a partir dos anos 70 e intensificada nos anos 90, contribuíram para uma maior vulnerabilidade financeira mundial que levou a eclosão da crise de 2008, contexto histórico em que o BRICS foi institucionalizado. Em segundo intui-se definir o Brasil como uma economia dependente subimperialista, a partir da constatação da manifestação de transferência de valor do capital brasileiro para os capitais imperialistas, a ocorrência da superexploração da força de trabalho de modo a compensar a transferência de valor, e as quatro características fundamentais do subimperialismo: 1) uma composição orgânica do capital média (fase dos monopólios e do capital financeiro); 2) um esquema tripartite de realização do capital baseado no Estado, mercado externo e consumo suntuário; 3) uma política de hegemonia regional; 4) cooperação antagônica com o imperialismo. Por fim a pesquisa buscará identificar como (e se) as 4 características do subimperialismo se apresentam na conduta do Brasil em conjunto ao BRICS, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas.

Palavras-chave: BRICS. Subimperialismo. Crise de 2008. Novo Banco de Desenvolvimento. Bretton Woods.

ABSTRACT

This research aims to analyze the Brazilian performance in conjunction with the BRICS and its institutions based on the concept of sub-imperialism. Therefore, the objective is to demonstrate how the adoption of neoliberal policies, of external opening and financial deregulation, since the 1970s and intensified in the 1990s, contributed to a greater global financial vulnerability that led to the outbreak of the 2008 crisis, the historical context in which the BRICS was institutionalized. Second, we intend to define Brazil as a sub-imperialist dependent economy, based on the observation of the manifestation of the transfer of value from Brazilian capital to imperialist capitals, the occurrence of overexploitation of the labor force in order to compensate for the transfer of value, and the four fundamental characteristics of sub-imperialism: 1) an average organic composition of capital (phase of monopolies and financial capital); 2) a tripartite capital realization scheme based on the State, the foreign market and sumptuous consumption; 3) a policy of regional hegemony; 4) antagonistic cooperation with imperialism. Finally, the research will seek to identify how (and if) the 4 characteristics of sub-imperialism are present in the conduct of Brazil in conjunction with the BRICS, the New Development Bank and the Contingent Reserve Arrangement.

Keywords: BRICS. Sub-imperialism. 2008 crisis. New Development Bank. Bretton Woods

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As categorias do subimperialismo	25
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ACR	Arranjo Contingente de Reservas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BRICs	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAF	Corporação Andina de Fomento
DES	Direito Especial de Saque
EIR	Exercito Industrial de Reserva
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos 7
G20	Grupo dos 20
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IMCM	Iniciativa de Multilateralização Chiang Mai
MBS	<i>Mortgage Backed Security</i>
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade do Poder de Compra
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TSN	Tempo Socialmente Necessário
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: CONTEXTO HISTÓRICO DA ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO À CRISE DE 2008.....	5
1.1 Ascensão do neoliberalismo: globalização, desregulamentação e crises financeiras.....	5
1.2 A crise de 2008.....	10
CAPÍTULO 2: TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: TRANSFÊRENCIA DE VALOR, SUPEREXPLORAÇÃO E SUBIMPERIALISMO.....	16
2.1 Princípios da Teoria Marxista da Dependência e a categoria Transferência de Valor com Intercâmbio Desigual.....	16
2.2 A superexploração da força de trabalho.....	20
2.3 Subimperialismo.....	23
2.3.1 Composição orgânica média do capital.....	25
2.3.2 O sistema tripartite de realização do capital subimperialista (Estado, mercado externo e consumo suntuário).....	27
2.3.3 Política de hegemonia regional.....	29
2.3.4 Cooperação antagônica.....	31
2.3.5 Outras interpretações acerca do imperialismo brasileiro.....	32
CAPÍTULO 3: A INSERÇÃO BRASILEIRA JUNTO AOS BRICS E SUAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SOB À ÓTICA DO SUBIMPERIALISMO.....	34
3.1 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul: economias emergentes em busca de maior representatividade nas instituições internacionais.....	34
3.2 As Instituições Financeiras dos BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas.....	37
3.2.1 O Arranjo Contingente de Reservas.....	38
3.2.2 O Novo Banco de Desenvolvimento.....	41
3.3 - Brasil, BRICS, e o Subimperialismo.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

INTRODUÇÃO

O termo BRICs surge em 2001 a partir do relatório "Building Better Global Economic BRICs", elaborado por Jim O'Neill para a Goldman Sachs. Nesse relatório O'Neill afirma a crescente importância dos países emergentes na economia mundial, segundo o economista os BRICs em conjunto representavam 23,3% do PIB (PPC¹) mundial em 2001. O economista faz também uma projeção do crescimento dessas economias nos 10 anos seguintes, e afirma que o aumento da participação desses 4 países no PIB mundial deveria se refletir nos anos seguintes numa reformulação dos fóruns internacionais, em principal o G7, de modo a aumentar a representatividade do BRICs nas decisões internacionais. Os BRICs só se tornarão de fato uma instituição anos após o relatório da Goldman Sachs, como consequência da crise de 2008. (O'Neill, 2001)

Para se entender os paradigmas de uma crise é necessário compreender as características da última interrupção do processo de acumulação de capital, e como o sistema respondeu a mesma, criando um novo processo de acumulação. Logo para se entender a crise de 2008 é necessário entender a última grande crise do capitalismo, em 1970, e, mais importante, a resposta que o capitalismo dá a essa crise e o novo padrão de acumulação estabelecido. A resposta do capitalismo às crises de estagflação dos anos 70 foi a adoção das políticas neoliberais, a exacerbação do capital fictício, e a transferência dos excedentes produzidos na periferia para os centros econômicos. Essa lógica se aprofunda ainda mais na década de 1990 após a unificação alemã e o fim da URSS. A desregulamentação dos mercados financeiros e comerciais em conjunto com o aumento do fluxos de capitais internacionais, o desenvolvimento de novos tipos de capitais fictícios e a adoção da cartilha neoliberal possibilitou um crescimento insustentável do capital. Este crescimento desenvolveu as contradições do capitalismo a tal ponto que levou a economia mundial a crise de 2008.(CARCANHOLO, 2010)

O principal fórum de discussão de assuntos econômicos era o G7 (composto por EUA, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Canadá e França) porém com a eclosão da crise os EUA convocam a 1ª Cúpula do G20 em 2008 para discutir as consequências e soluções para a crise. A decisão de utilizar o G20 como principal fórum para as discussões da crise, foi em grande parte pautada pelo fato da crise ter ocorrido nos países centrais e os países em desenvolvimento terem sido menos afetados. É nesse contexto que os BRICs se reúnem pela primeira vez, centrados por uma pauta comum, a reforma do sistema financeiro internacional e das instituições de Bretton Woods. Os

¹ Paridade do Poder de Compra

BRICS apresentavam um descontentamento com as políticas adotadas pelo FMI e o Banco Mundial, com a distribuição de cotas, e os privilégios concedidos as economias centrais. Por esse motivo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul utilizam do G20 para propor reformas ao FMI e ao BM. As reformas propostas pelos BRICS foram aprovadas pelo G20, porém o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial não lograram adotar as reformas no tempo requerido. (STUENKEL, 2017)

A ineficiência do FMI e do Banco Mundial, instituições de Bretton Woods, em adotar as reformas determinadas pelo G20 levou o mecanismo de cooperação BRICS a criar duas novas instituições financeiras conjuntas, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas. O Arranjo Contingente de Reservas consiste em um fundo de reservas internacionais conjunto entre os 5 países para ser utilizado em caso de pressões de liquidez. O capital do fundo ficou estabelecido em US\$ 100 bilhões. O Novo Banco de Desenvolvimento tem o intuito de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento. O capital inicial autorizado do banco foi estipulado em US\$100 bilhões, e o capital inicial subscrito em US\$ 50 bilhões. (STUENKEL, 2017)

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) surge na América Latina entre as décadas 1960 e 1970 numa elaboração teórica para explicar a realidade das economias latino-americanas a partir do encontro da teoria do valor de Marx e as teorias marxistas do imperialismo clássicas elaboradas por Hilferding, Kautsky, Luxemburgo, Bukharin e Lenin. (LEITE, 2019)

Ruy Mauro Marini foi um dos principais autores a contribuir para a TMD. Segundo o autor, as economias dependentes estão condicionadas ao desenvolvimento dos países imperialistas. Isso ocorre por meio da transferência de parte do valor gerado nas economias periféricas para os centros capitalistas, o que implica a acumulação deste valor transferido nos países imperialistas, em detrimento dos países dependentes. Para garantir a acumulação interna de capital, os capitais dependentes buscam compensar o valor transferido, que só pode ser efetuado na esfera produtiva. Assim surge outra principal categoria para se entender a dependência a superexploração da força de trabalho, que é um tipo específico de exploração que se manifesta em economias dependentes, como meio de compensar a transferência de valor. (MARINI, 2000)

Marini em seus estudos sobre a dependência desenvolve uma outra categoria, o subimperialismo. Segundo o autor o subimperialismo seria "a forma que assume o capitalismo dependente ao atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro." (MARINI, 2012, pag. 256)

Luce (2011) identifica quatro principais categorias do subimperialismo: 1) uma composição orgânica do capital média (fase dos monopólios e do capital financeiro); 2) um esquema tripartite de realização do capital baseado no Estado, mercado externo e consumo suntuário; 3) uma política de hegemonia regional; 4) cooperação antagônica com o imperialismo. Marini e Luce identificaram essas características no capitalismo dependente brasileiro que portanto segundo os autores é subimperialista.

Esta pesquisa busca entender a colocação do Brasil como uma economia dependente na divisão internacional do trabalho. E se a atuação brasileira em conjunto ao BRICS reforçam a sua característica subimperialista.

Parte-se da hipótese que a conduta brasileira perante o mecanismo BRICS pouco ou nada contribui para a superação da dependência. Tal atuação seria apenas a manifestação de certo grau de autonomia relativa que o Brasil nos marcos da cooperação antagônica desempenha com os países imperialistas, explicitando sua característica subimperialista.

O objetivo desta pesquisa será o de estudar o contexto histórico em que o BRICS é criado, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, e a atuação dessas instituições em seus primeiros anos de funcionamento para que possamos identificar como (e se) as características atribuídas ao subimperialismo por Marini e Luce se manifestam na atuação brasileira no BRICS.

Portanto a metodologia se centrará no estudo da obra de Ruy Mauro Marini, e interpretações de suas obras, em busca de compreender as principais categorias da Teoria Marxista da Dependência. Além disso será estudado a institucionalização, organização, e conduta do BRICS e suas instituições, de modo a se ter uma base empírica para comparação com as principais categorias do subimperialismo.

O presente trabalho divide-se em três capítulos, além do introdutório e do conclusivo. O primeiro capítulo pretende apresentar o contexto histórico em que o BRICS foi institucionalizado, a crise de 2008. Para tanto se realizara um resgate histórico da ascensão do neoliberalismo nos anos 70 e sua intensificação na década de 90. Além disso o capítulo discutirá interpretações sobre o conceito de crise e capital fictício na literatura marxiana, como modo de se melhor compreender a crise de 2008.

O segundo capítulo se centrará na base teórica desta pesquisa, a Teoria Marxista da Dependência. Nas duas primeiras seções do capítulo serão estudadas as principais categorias discutidas por Marini, a transferencia de valor e a superexploração, além de outras interpretações. Na terceira seção se discutira a categoria da TMD a qual essa pesquisa se centra, o subimperialismo, e suas principais interpretações.

Por fim, o terceiro capítulo apresentará o histórico de institucionalização e funcionamento do mecanismo de cooperação BRICS e suas instituições, e sua interpretação a partir da categoria subimperialismo. Portanto na primeira seção será abordado como e porque o BRICS foi criado. A segunda seção focará na criação das instituições financeiras dos BRICS e o comportamento das mesmas em seus primeiros anos de funcionamento. A última seção confrontará a a conduta histórica do Brasil em conjunto ao BRICS com as principais características do subimperialismo, de modo a se confirmar ou não a hipótese estabelecida por esta pesquisa.

CAPÍTULO 1: CONTEXTO HISTÓRICO DA ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO À CRISE DE 2008

1.1 Ascensão do neoliberalismo: globalização, desregulamentação e crises financeiras

O presente capítulo pretende discutir o contexto histórico da crise de 2008, quando o mecanismo de cooperação BRICS é institucionalizado. Para tanto, a partir de uma perspectiva marxista, faz-se necessário discutir o padrão de acumulação capitalista que surge como resposta a crise dos anos 1970 e sua intensificação nos anos 1990 através das políticas neoliberais.

No período subsequente ao término da Segunda Guerra Mundial e o declínio da hegemonia europeia, duas novas potências passaram a disputar a hegemonia econômica, política e militar do mundo: os Estados Unidos e a União Soviética. A disputa entre as duas superpotências resultou na formação de dois blocos econômicos, divididos entre leste e oeste, e a corrida armamentista desencadeada pelos dois países ficou conhecida como Guerra Fria. A fim de conter a expansão do socialismo os Estados Unidos da América (EUA) financiaram a recuperação e reconstrução das economias europeias através do Plano Marshall. Os países europeus ocidentais se recuperaram rapidamente da guerra e estabeleceram os chamados Estados de Bem Estar Social, como forma de responder as demandas populares e evitar possíveis revoltas de viés socialista. Ademais os EUA também financiaram projetos de desenvolvimento nas economias periféricas que se encontravam em zonas de disputa de influência soviética e norte-americana. (MAZZUCHELLI, 2013)

A queda do muro de Berlim marca o fim da bipolaridade Leste/Oeste surgida no pós-Segunda Guerra Mundial. A unificação alemã e a dissolução da União Soviética encerram o acirramento entre os blocos comunista e capitalista, que é celebrado por alguns como a vitória do capitalismo sobre o comunismo. Tal evento é tão marcante que Francis Fukuyama (1989) descreve como o fim da história, pois não havendo mais o comunismo o mundo estaria livre de conflitos.

Em o “Império e os Novos Bárbaros”, Ruffin (1996) sustenta que o fim do conflito Leste/Oeste abre caminho para um novo conflito entre Norte e Sul. Segundo o autor, o fim da ameaça comunista faz surgir um novo adversário para os países desenvolvidos, que são os países até então chamados de Terceiro Mundo. Os países do Norte por terem economias mais consolidadas e desenvolvidas estabelecem “fronteiras” aos países do

Sul, subdesenvolvidos e com grandes disparidades sociais, pois veem nos sulistas uma ameaça ao padrão e modelo de vida dos países desenvolvidos.

Diante da crise do bloco dos países socialistas, os ideais neoliberais alcançam a primazia do pensamento econômico no final dos anos 1980, representando para Carcanholo (2011) a quarta etapa da ascensão do neoliberalismo. O fortalecimento da ideologia neoliberal, as reformas nos Estados capitalistas e o fim da União Soviética ocorreram exatamente no momento em que os limites do padrão de acumulação capitalista fordista/taylorista tornavam-se cada vez mais óbvios, fazendo necessária uma reinvenção. Como contribui Anderson (1995, p. 8), a "vitória" do Ocidente na Guerra Fria, com o fim da União Soviética, não representava o simples triunfo de um capitalismo qualquer, "mas do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher na década de 1980", do capitalismo neoliberal.

O ideário neoliberal se combinou de tal forma com as transformações econômicas e políticas das últimas décadas - globalização dos mercados e derrocada do socialismo real dentre outras - que sua aceitação não é mais uma opção ideológica, mas uma pretensa aceitação dos fatos. (CARCANHOLO, 2002, p. 16)

A ascensão do neoliberalismo se dá muito antes da queda do muro de Berlim, nos anos 60/70 quando o modelo econômico hegemônico de cunho keynesiano passa a ser contestado por seguidores de Hayek e Milton Friedman, e tais ideias passam a tomar o centro dos debates acadêmicos. (CARCANHOLO, 2002)

Em 1973 Pinochet aplica um Golpe de Estado no Chile, e a partir de então o país passa ser o "laboratório" das políticas econômicas neoliberais, antes mesmo que tais políticas fossem chamadas com tal. Uruguai e Argentina após sofrerem um Golpe de Estado Militar, na mesma década, passam a adotar políticas semelhantes as estabelecidas no Chile, porém tais políticas não desempenham o resultado almejado nesses países. (CARCANHOLO, 2002)

Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados em Chicago vieram a obter o predomínio na Universidade Católica, entidade privada de Santiago. No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram sua oposição a Allende através de um grupo chamado 'Clube de Segunda-Feira' e desenvolveram uma relação de trabalho com esses economistas financiando seu trabalho através de Institutos de pesquisa. Depois de o general Gustavo Leigh, rival de Pinochet para ocupar o poder, e keynesiano, ser

afastado em 1975. Pinochet levou seus economistas para o governo, onde seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI reestruturaram a economia de acordo com suas teorias. Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos (HARVEY, 2008, p. 9)

Na Inglaterra e nos EUA as políticas neoliberais são adotadas nos governos Thatcher e Reagan que praticam políticas de desregulamentação de seus mercados financeiros e do mercado de trabalho, bem como, a redução dos gastos do governo com políticas sociais. (HARVEY, 2008)

Os neoliberais interpretavam os fracassos das políticas ortodoxas de estabilização experimentadas na América Latina durante as décadas de 1970 e 1980 como consequência de distorções que impossibilitavam a livre atuação do mercado e de desequilíbrios que conseqüentemente prejudicavam o livre funcionamento da economia. Para os defensores das políticas neoliberais “seriam muito mais efeitos dos erros de implementação do que da natureza das próprias políticas propostas” (CARCANHOLO, 2011, p. 15).

Segundo Carcanholo (2002), para auxiliar os *policy makers* em 1989 se realiza uma reunião organizada pelo *Peterson Institute for the International Economics* com a presença de economistas liberais latino-americanos, membros do FMI², Banco Mundial, do BID³ e de representantes do governo norte-americano, com o intuito de se estabelecer um direcionamento de política econômica a ser adotado. Tal acontecimento ficou conhecido como Consenso de Washington. Dentre as propostas consentidas estavam: ajuste fiscal; liberalização e desregulamentação comercial e financeira; mudança na prioridade dos gastos do governo; manutenção de uma disciplina monetária; e privatizações das estatais.

A prioridade fiscal seria '... redirecionar os gastos de áreas ... que recebem mais recursos que seu retorno econômico justifica . . . para áreas negligenciadas com alto retorno econômico e potencial' (Williamson, 1992, p. 44, apud CARCANHOLO, 2002, p. 2)

É nesse contexto, do fim do bloco socialista e da ascensão do neoliberalismo como "via única e correta" para o desenvolvimento que o termo globalização passa a ser

² Fundo Monetário Internacional

³ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

incansavelmente utilizado para descrever a nova ordem mundial estabelecida no pós-Guerra Fria.

Assim, o neoliberalismo, enquanto discurso e posicionamento político-ideológico também parte da afirmação que a sociedade viveria uma nova era. Este novo mundo, sob a denominação de globalização, seria caracterizado pelo aumento no fluxo internacional de bens e serviços (globalização comercial), expansão das empresas transnacionais e de suas operações em distintos países, afirmação de uma nova (a terceira) revolução tecnológica (estes dois últimos aspectos conformariam a globalização produtiva), e a maior integração e interpenetração dos mercados financeiros (globalização financeira). (CARCANHOLO, 2009. p. 139-140)

Portanto a única maneira dos países se inserirem nesse novo mundo globalizado seria através da adoção de políticas liberalizante e de desregulamentação dos seus mercados. (CARCANHOLO, 2002)

Como já citado, as políticas neoliberais foram amplamente adotadas pelos países latino-americanos porém o resultado da desregulamentação desses mercados foram recorrentes crises cambiais que marcaram a história economia dos anos 1980 e 1990.

De outra perspectiva, a visão crítico-conjuntural parte da constatação de que os episódios de colapsos cambiais no Chile em 1982, no México em 1982 e 1994 e, pode-se acrescentar, no Brasil em 1999, apresentaram os seguintes fatores em comum: programas de redução da inflação e dos déficits públicos; apreciação real do câmbio; déficits externos em transações correntes; altas taxas reais de juros; abertura comercial; liberalização financeira; e, abertura ao capital externo. (CARCANHOLO, 2002, p. 38)

Em meados da década de 80 com uma mudança de governo no México, passa a ser implementado uma agenda econômica mais ortodoxa. Inspirados no Consenso de Washington o México privatiza empresas estatais e liberaliza o comércio exterior. Nesse período é proposto a criação de uma zona de livre comércio entre os países da América do Norte: o NAFTA (KRUGMAN, 2010).

As reformas implementadas na Argentina foram mais profundas que as mexicanas, com a privatizações no setor estatal, incluindo a estatal petrolífera, e uma abertura para os mercados mundiais, retirando alíquotas do setor agroexportador. Além disso, o país formulou uma reforma monetária, para diminuir a taxa de inflação. O modelo

escolhido foi o de *currency board*, em que a moeda nacional fica atrelada a uma outra moeda, no caso o dólar. O modelo logrou sucesso num primeiro momento, eliminando a alta inflação argentina. (KRUGMAN, 2010).

Com a estabilização econômica e a liberalização dos mercados dos países da América Latina os investidores estrangeiros passaram a ver esses países como bons lugares para se investir (KRUGMAN, 2010).

Em 1994 há um escoamento das reservas internacionais no México, para diminuir a perda o governo decide interferir. As opções eram: elevar a taxa de juros, o que atrairia investidores mas prejudicaria o mercado interno, ou a desvalorização do peso frente ao dólar. O governo optou pela desvalorização, entretanto, a desvalorização foi abaixo do recomendado e as autoridades públicas não se mostraram dignas de confiança do mercado internacional. Tais fatos levaram a uma fuga maciça de capitais, levando o peso mexicano a metade do valor em relação ao dólar pré crise (KRUGMAN, 2010).

A crise, além de atingir o setor público, também atingiu o setor privado, levando o PIB real mexicano a uma queda de 7%. A crise mexicana atingiu outros países do mundo, em especial os latino-americanos, criando o que ficou conhecido como Efeito Tequila (KRUGMAN, 2010).

A economia argentina foi uma das que sofreu grande impacto relacionado ao Efeito Tequila, com a crise no México os investidores retiraram seus investimentos dos países latino americanos. O sistema monetário argentino, com o peso lastreado em dólar, não foi capaz de reter a crise no país como se acreditava, com a fuga de capital estrangeiro os bancos argentinos entraram em colapso, pois necessitavam de pesos para pagar os credores porém o governo só poderia emitir pesos caso houvesse reservas em dólar para lastrear (KRUGMAN, 2010).

Com a crise Tequila, México e Argentina necessitavam de dólares, o México para pagar os títulos do tesouro e a Argentina para transforma-los em pesos para transferir aos bancos. Foi elaborado então um socorro a esses países, os EUA emprestaram US\$50 bilhões para o México advindos do Fundo de Estabilização Cambial. Já o socorro à Argentina veio do Banco Mundial com US\$12 bilhões. (KRUGMAN, 2010).

A adoção da cartilha do Consenso de Washington e as crises cambiais e de balanço de pagamentos não se restringiu à América Latina. Políticas neoliberais foram também adotadas por grande parte dos países asiáticos, como a desregulamentação do mercado cambial, do sistema bancário e da taxa de juros. Em 1997, após o governo tailandês desatrelar a moeda local do dólar, uma grave crise financeira atinge os países

do sudeste asiático e o Japão, num efeito contágio. Além da Tailândia a crise atingiu Malásia, Filipinas, Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Indonésia. (CARCANHOLO, 2002)

Para frear os efeitos da crise os países afetados recorrem ao FMI que dispôs US\$ 58,2 bilhões para a Coreia, US\$ 36,6 bilhões para a Indonésia e US\$ 17, 1 bilhões para a Tailândia. Em contrapartida o fundo exige condicionalidades aos empréstimos que seguem a orientação ortodoxa de liberalização e desregulamentação desses mercados, aprofundando ainda mais o grau de vulnerabilidade dessas economias.

A Rússia também enfrentou uma crise financeira/cambial na década 90, devido ao conturbado processo de dissolução da União Soviética, a abertura financeira e comercial, e aos processos de privatizações das estatais soviéticas. Em agosto de 1998 o rublo perde mais de 50% de seu valor após a quebra de diversos bancos russos e a fuga de capitais

1.2 A crise de 2008

As crises cíclicas fazem parte intrínseca do capitalismo. A acumulação de capital desenvolve as contradições desse sistema a tal ponto que o padrão de acumulação vigente é interrompido para que o sistema reorganize a unidade entre a produção e a apropriação do valor. (CARCANHOLO, 2010)

Para se entender os paradigmas de uma crise é necessário compreender as características da última interrupção do processo de acumulação de capital, e como o sistema respondeu a mesma, criando um novo processo de acumulação. (CARCANHOLO, 2010)

Portanto para se entender a crise atual é necessário entender a última grande crise do capitalismo, em 1970, e, mais importante, a resposta que o capitalismo dá a essa crise e o novo padrão de acumulação então estabelecido. Como já discutido no item anterior, a resposta do capitalismo às crises de estagflação dos anos 70 é a adoção das políticas neoliberais, a exacerbação do capital fictício, e a transferência dos excedentes produzidos na periferia para os centros econômicos. (CARCANHOLO, 2010)

Essas características que o capitalismo adere como resposta à crise dos anos 70 definem a forma histórica que o capitalismo assume na atualidade, conhecido por capitalismo contemporâneo. (CARCANHOLO, 2010)

Segundo Carcanholo (2010) os seguintes fatores marcam tal período:

Entre esses fatores encontramos, dentre outros: a implementação das reformas neoliberais - no centro e na periferia do sistema - como uma forma de elevar as

taxas de mais-valia e incentivar a retomada da lucratividade do capital; a exacerbação da transferência de recursos da periferia para o centro, que permitem impulsionar a dinâmica de acumulação nos principais países capitalistas; a expansão dos mercados, como forma de garantir novos espaços de realização/valorização para o capital sobrando, manifesta, por exemplo, na pressão por aprofundamento da abertura e liberalização do comércio mundial; a aceleração da rotação do capital, tanto na esfera produtiva quanto na circulação de mercadorias, o que propicia o aumento das taxas de lucro. (CARCANHOLO, 2010, p. 3)

Para se entender a atual crise se faz necessário compreender a categoria capital fictício, descrita por Marx. O capital fictício pode ser compreendido como uma complexificação do processo de apropriação de valor excedente. Individualmente o capital fictício não é capaz de produzir mais-valia pois não entra no processo produtivo, sua função é apropriar-se de parte do excedente gerado na produção. (CARCANHOLO, 2010)

Esses rendimentos periódicos, base para o capital fictício podem provir de várias fontes como títulos de crédito, ações, e mesmo salários, ou melhor, a parcela deles que é aplicada na forma de capital monetário. Dessa forma, a partir de um rendimento por período, dada a taxa de juros vigente, obtêm-se/constitui-se (pela revenda no mercado desse direito de apropriação) um capital monetário. É a completa inversão da lógica até aqui considerada. Antes, de um capital realmente existente, e pelo seu empréstimo para um capitalista funcionante, que ingressaria no processo produtivo para produzir mais-valia, obtinha-se um rendimento, os juros. Agora, é a partir de um rendimento, qualquer que seja ele, é que se constitui uma massa monetária, que pode até vir a funcionar como capital monetário. É a inversão da lógica produção-apropriação de valor. (CARCANHOLO, 2010, p. 5)

A partir dos anos 70, se aprofundando nas décadas de 80 e 90, o capital fictício passa a ter uma grande predominância na economia mundial e constitui uma das bases do capitalismo contemporâneo, que é marcado, segundo Carcanholo (2010), pela “subordinação do capitalismo à lógica do capital fictício”.

O capital fictício, por suas características, também contribui para o desenvolvimento das contradições do sistema, facilitando o esgotamento do processo de acumulação e sua interrupção.

Por outro lado, o capital fictício possui uma disfunção que não pode ser negligenciada. O capital fictício, do ponto de vista individual, por si só não é capaz de produzir valor excedente, mais-valia, pelo simples fato de que não entra no processo produtivo. A sua lógica diz respeito à apropriação do excedente, não a sua produção, embora ele contribua indiretamente – via rotação do capital global – para o aumento da acumulação. Assim, se a lógica da apropriação de mais-valia é

alastrada/expandida, em detrimento da produção do excedente, uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos. O resultado final é a redução da taxa de lucro e o aprofundamento do comportamento cíclico da crise. (CARCANHOLO, 2010, p. 6)

A partir do novo processo de acumulação inaugurado após a crise dos anos 70, surgem novos tipos de capital fictício que são um importante marco para se entender a crise de 2008: os derivativos de crédito.

"Os derivativos são contratos vinculados a títulos que podem ser negociados em mercados próprios. Eles ganharam destaque não só por seu crescimento exponencial, mas porque alteraram profundamente a estrutura financeira e a interação entre os mercados. O principal papel dos derivativos é funcionar como instrumento de hedge, permitindo aos agentes alterarem as características de um ativo (moeda de denominação, tipo de taxa de juros, composição de riscos). Dentre os principais derivativos, destacam-se os financeiros futuros (futuros), que são contratos de compra/venda a preços e datas futuras estipuladas, os swaps, que são operações de balcão (não constituem um mercado organizado com padronização das operações e câmaras de compensação) constituídas de uma compra (venda) casada a uma venda (compra), de forma a trocar um risco pelo outro, e as opções, que são contratos em que o comprador obtém do vendedor a concessão do direito de exercer a opção (compra ou venda) em um determinado instante do tempo, não existindo a obrigatoriedade dela ser exercida." (CARCANHOLO, 2010, p.)

A função dos derivativos é diminuir os riscos ao credor, ou seja, caso haja inadimplência, ou descompasso temporal entre operações de crédito e débito. Contudo a securitização⁴ não elimina os riscos totais, apenas reestrutura os riscos individuais por agente e transfere os riscos do credor para terceiros. (CARCANHOLO, 2010)

O cenário econômico mundial pré-crise era propício, apresentando crescimento de 5% em 2006. Contudo, a principal fonte desse crescimento mundial foi advinda dos países emergentes que cresceram 7,9% em 2007, somente China e Índia cresceram

⁴ "Securitização é o termo utilizado para identificar as operações em que o valor mobiliário emitido, de alguma forma, está lastreado ou vinculado a um direito de crédito, também denominado direito creditório ou simplesmente recebível. Uma receita, que é uma expectativa de resultado, torna-se um recebível quando surge uma relação jurídica que lhe dê respaldo, originada de um contrato ou de um título de crédito. Outra forma de securitização é o processo pelo qual o fluxo de caixa gerado por recebíveis ou bens é transferido para uma outra empresa (nesse caso, mais voltado para as operações de giro), criada para esse fim, sustentando uma emissão pública ou privada de títulos (ou valores mobiliários), que representam uma fração ideal do total dos ativos. Assim, direito creditório ou recebível é um direito ao recebimento de determinado valor, juridicamente respaldado, como no caso de compra e venda a prazo." (BORGES, 1999, p.125)

11,4% e 9,2% respectivamente no mesmo ano. Em contrapartida os países desenvolvidos cresceram apenas 3% em 2006. (CARCANHOLO, 2010)

O cenário externo era extremamente favorável: alta no ciclo de liquidez internacional; taxas internacionais de juros no menor patamar em décadas; crescimento da economia mundial. Especificamente para os países periféricos: maior margem para redução dos juros internos (em função da redução nos juros internacionais); crescimento na demanda pelas exportações (em função do crescimento da economia mundial); forte entrada de capital externo, dada a alta na liquidez internacional, o que permite tanto o refinanciamento de possíveis problemas nas contas externas, quanto acúmulo de divisas e manutenção de taxas de câmbio em patamares valorizados, o que contribui para o controle inflacionário. Para alguns países, ainda, a elevação da demanda por exportações ocorreu justamente nos produtos para os quais a estrutura produtivo-exportadora se voltou desde os anos 90, em especial, as commodities, inclusive as agrícolas.(CARCANHOLO, 2010, p. 7)

Segundo Carcanhola (2010), o aumento nos preços das commodities pode também ser explicado pelo comportamento do capital fictício na década de 2000. Com o aumento da demanda por commodities, os fundos de investimentos apostam na alta dos preços das matérias-primas e passam então a investir vigorosamente no mercado futuro de commodities, comprando antecipadamente o direito de revenda futura desses produtos. Porém esse cenário é revertido quando a crise estoura em 2008, e os países em desenvolvimento, até então estimados pelo mercado financeiro, passam a ser preteridos por investimentos "mais seguros".

A crise de 2007/2008 ficou conhecida como a crise do *subprime*. A partir dos anos 90 o mercado de empréstimos hipotecários passa a conceder crédito aos agentes classificados como *subprime*, que não possuem garantias suficientes para obter uma classificação prime e por isso as taxas de juros cobradas a esses agentes é mais alta. As altas taxas de juros cobradas nesse setor atraíram o investimento dos bancos na concessão desse tipo de crédito. A expansão do crédito hipotecário por sua vez, fez com que o mercado imobiliário norte-americano despontasse, elevando os preços dos imóveis a tal ponto que possibilitou aos agentes o pagamento dos financiamentos já adquiridos, a compra de novos imóveis e a adesão de novos financiamentos hipotecários. (CARVALHO, 2008)

Um dos principais meios de expansão do crédito hipotecário foi por meio dos derivativos de crédito hipotecários, destacando-se o *Mortgage Backed Security* (MBS). Os

MBS foram criados por instituições financeiras, e consistem num pacote de hipotecas com geralmente mesmo prazo de maturação e classificação de risco. (LEITE, 2011)

Segundo Leite (2011), o portador de um capital fictício tem direito a um rendimento periódico passível de comercialização. Tal direito pode ser representado por meio de ações, títulos da dívida pública e hipotecas.

Assim como os títulos da dívida pública, as ações também são capital fictício. A compra de uma ação por parte de um indivíduo representa, metaforicamente, um empréstimo para a empresa que vendeu sua ação. Como contrapartida, o indivíduo recebe um papel que lhe garante o direito a um fluxo de rendimentos – os dividendos, correspondentes a uma parcela anual dos lucros da empresa. Portanto, este capital é manifestado duplamente: como capital propriamente dito, que conserva e expande o valor inicial através do processo produtivo; e como um título de propriedade sobre este capital, as ações. O caráter fictício ocorre, pois os donos das ações tem a possibilidade de (i) obter os juros sobre o capital emprestado, através dos dividendos, e (ii) resgatar o principal, através da venda das ações no mercado secundário (LEITE, 2011, p.63)

Portanto, o autor chega a conclusão que os derivativos hipotecários se caracterizam como capital fictício pois os mesmos auferem rendimentos periódicos aos seus detentores e apresentam a possibilidade de serem vendidos num mercado secundário.

Portanto, as MBS oferecem um fluxo de rendimento monetário regular a seus proprietários, através dos pagamentos de juros e de parcelas do principal, e a possibilidade da recuperação integral do principal através da comercialização no mercado secundário. Além disso, refere-se a uma duplicação do valor das hipotecas, que, por sua vez, também são uma duplicação do valor das casas construídas. Verificamos, então, que ocorre uma “multiplicação ilusória da riqueza realmente existente”: os imóveis comprados através dos empréstimos hipotecários. (LEITE, 2011, p.66)

Por sua vez os bancos se utilizaram dos derivativos de credito e da securitização que via o mecanismo de swap financeiro, transferiram os riscos dos bancos para outras

instituições como os *Shadow Banks*⁵. Além disso as instituições financeiras tiveram o apoio das agências reguladoras que auxiliaram essas instituições a montarem "pacotes de crédito" - combinação de diversos produtos financeiros (debêntures, bônus, títulos de crédito negociáveis, hipotecas, dívida de cartão de crédito etc.) - de forma a obter classificações mais altas, ocultando dos agentes os verdadeiros riscos desses produtos (FARHI et al, 2008).

Detonada a crise, o seu processo de expansão e contágio se dá pelo fato de que, ao aumentar a inadimplência, os credores passam a sofrer também com problemas de liquidez e solvência, uma vez que os ativos que eles tinham a receber são desvalorizados e, portanto, seus compromissos financeiros podem não ter mais garantia de pagamento. Os credores são obrigados a vender (parte de) seus ativos em troca de dinheiro para, com este, saldar suas obrigações. Esse movimento de venda de ativos provoca a redução dos seus preços e reforça a pressão pela alta da taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras, agravando ainda mais crise. (CARCANHOLO, 2010, p. 8)

A desregulamentação dos mercados financeiros e comerciais em conjunto com o aumento do fluxos de capitais internacionais, o desenvolvimento de novos tipos de capitais fictícios e a adoção da cartilha neoliberal possibilitou um crescimento insustentável do capital. Esse crescimento desenvolveu as contradições do capitalismo a tal ponto que levou a economia mundial a crise de 2008. É a partir desse marco histórico, que o mecanismo de cooperação internacional BRICS se institucionaliza, como consequência do descontentamento desses países com o sistema financeiro internacional e suas instituições.

⁵(...) o termo *shadow banking system* inclui o leque de instituições envolvidas em empréstimos alavancados que não tinham, até a eclosão da crise, acesso aos seguros de depósitos e/ou às operações de redesconto dos bancos centrais. Nesse leque enquadram-se os grandes bancos de investimentos independentes, os *hedge funds*, os fundos de pensão e as seguradoras.

(...) os bancos submetidos aos requisitos de capital do Acordo de Basiléia I passaram a utilizar crescentemente um conjunto de instrumentos para retirar os riscos de seu balanço e viabilizar o aumento da sua alavancagem, processo que ficou conhecido como arbitragem regulatória; em segundo lugar, uma grande variedade de instituições evoluiu no sentido de desempenhar um papel semelhante ao dos bancos tradicionais sem estarem incluídas na estrutura regulatória existente e, portanto, sem disporem das requeridas reservas em capital." (FARHI et al, 2008).

CAPÍTULO 2: TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: TRANSFÊRENCIA DE VALOR, SUPEREXPLORAÇÃO E SUBIMPERIALISMO

2.1 Princípios da Teoria Marxista da Dependência e a categoria Transferência de Valor com Intercâmbio Desigual

Este capítulo tem como objetivo o estudo da Teoria Marxista da Dependência (TMD). A TMD servirá neste trabalho como arcabouço teórico para a análise da atuação do Brasil junto ao mecanismo BRICS. Para tanto serão discutidas as principais categorias abordadas por Ruy Mauro Marini em suas obras, a troca desigual e a superexploração da força de trabalho, que servem como alicerce para o entendimento da teoria e da dependência em si. O subimperialismo será a terceira categoria exposta, e a mais importante para este trabalho, pois é a partir da comparação da inserção do Brasil no BRICS com as categorias que definem o subimperialismo que pretende-se validar a hipótese formulada por esta pesquisa.

A Teoria Marxista da Dependência surge na América Latina entre as décadas 1960 e 1970 numa elaboração teórica para explicar a realidade das economias latino-americanas a partir do encontro da teoria do valor de Marx e as teorias marxistas do imperialismo clássicas elaboradas por Hilferding, Kautsky, Luxemburgo, Bukharin e Lenin . (LEITE, 2019)

A TMD trouxe a compreensão de que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são processos desvinculados, pelo contrário, esses autores acreditam que a dependência é a subordinação de certas economias em benefício ao desenvolvimento de outras. (MARINI, 2000)

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2000, p. 3)

Marini não pensa o desenvolvimento como passo seguinte do subdesenvolvimento, como acredita a tradição positivista que considera o curso da história de forma linear. O autor tem um entendimento dialético entre subdesenvolvimento e desenvolvimento de modo que eles sejam concomitantemente complementares e antagônicos. (CARCANHOLO, 2013)

A dialética do desenvolvimento, assim percebida, concebe que o subdesenvolvimento de alguns países/regiões resulta precisamente do que determina o desenvolvimento dos demais. A lógica de acumulação de capital em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras. (CARCANHOLO, 2008, p. 253)

Portanto as economias dependentes estão condicionadas ao desenvolvimento dos países imperialistas. Isso se dá por meio da transferência de parte do valor gerado nas economias periféricas para os centros capitalistas, o que implica a acumulação deste valor transferido nos países imperialistas, em detrimento dos países dependentes. Assim Marini desenvolve a categoria transferência de valor como intercâmbio desigual, ou conhecida somente por troca desigual. (MARINI, 2000)

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se interrelacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas. (MARINI, 200, p.9)

Segundo Leite (2019), a teoria do valor de Marx explica em três níveis de abstração como ocorre a transferência de valores a partir da troca de não-equivalentes. O primeiro nível ocorreria através das diferenças entre valor individual e valor social; o segundo da diferença entre valor social e preço de produção; já o terceiro parte da diferença entre preço de produção e preço de mercado.

O primeiro nível de abstração parte de uma análise da concorrência intrasectorial, ou seja, dentro de um setor produtivo que produz o mesmo tipo de mercadorias. Os capitalistas buscam sempre aumentar a produtividade de seus capitais para obter uma taxa de mais-valia extraordinária. (AMARAL e CARCANHOLO, 2009)

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o

valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores — ou seja, uma mais-valia extraordinária. (MARINI, 2000, pag. 6)

Com o aumento da produtividade de um capital específico, este capitalista poderá produzir uma mercadoria num tempo menor do que o Tempo Socialmente Necessário (TSN) para sua produção, ou seja, com um valor individual menor que valor social (ou valor de mercado), porém o capitalista venderá a mercadoria pelo valor social obtendo então uma mais-valia extraordinária (ou superlucro) a partir da diferença entre o valor social e o valor individual. Concomitantemente haverá um outro capital menos produtivo que produz suas mercadorias num tempo superior ao tempo socialmente necessário. Esse capital portanto, a partir da lei do valor, produz suas mercadorias a um valor individual maior que o valor social perdendo então parte do valor que produziu, pois terá que vender sua mercadoria pelo valor social. Essa perda será então apropriada pelo capital mais produtivo, aquele que produz suas mercadorias abaixo do TSN. (AMARAL e CARCANHOLO, 2009)

É possível notar, a partir do que foi dito, que os capitais mais produtivos se apropriam de um valor superior ao que produziram, sendo o contrário verdadeiro para o caso dos capitais menos produtivos. Ocorre que a apropriação se dá justamente como resultado de algo produzido anteriormente, ou seja, não é possível que um capital se aproprie de um valor que não foi gerado. Sendo assim, se um capital se apropria de um valor superior ao que produz, de um valor maior que a sua contribuição quando da formação da massa total de valor gerada, significa que, de outro lado, há um capital gerando um valor sem se apropriar dele, há um capital produzindo algo para que os outros capitais mais produtivos se apropriem. (AMARAL e CARCANHOLO, 2009, p. 218)

Exportando o exemplo para o nível do comércio internacional, pode-se entender que o capital mais produtivo tende a se localizar em economias imperialistas, já o capital menos produtivo tende a se localizar em economias dependentes, havendo assim uma transferência de valores da periferia para o centro capitalista, caso ocorra essa disparidade entre os níveis de produtividade. (AMARAL e CARCANHOLO, 2009)

O segundo nível de abstração que trata da diferença entre o valor social e o preço de produção pode ser exemplificado pela concorrência intersetorial. Os capitais mais produtivos, terão uma composição orgânica do capital mais elevada, e portanto, utilizarão mais capital constante (meios de produção) do que capital variável (força de trabalho) para produzir suas mercadorias. Já os capitais menos produtivos apresentarão uma

composição orgânica do capital menor, utilizando mais capital variável do que capital constante para a produção de suas mercadorias. Portanto, por ter uma menor composição orgânica do capital, o capital menos produtivo produz valores maiores que o capital mais produtivo. A apropriação desse valor acontecerá na esfera da circulação a partir da definição das taxas de lucro e dos preços de produção. As empresas mais produtivas produzirão as mercadorias num valor abaixo do preço de produção mas obterão um lucro extraordinário em relação a média da economia. Já as empresas menos produtivas produzirão suas mercadorias por um valor acima do preço de produção porém irão conseguir um lucro abaixo da média da economia. Assim o valor produzido pelo capital menos produtivo será transferido para o mais produtivo. (AMARAL e CARCANHOLO, 2009)

Tranferindo o exemplo para o nível internacional, da mesma maneira que o exemplo anterior, pode-se dizer que o capital menos produtivo tenderá a se localizar em uma economia dependente e o mais produtivo em uma economia imperialista. (AMARAL e CARCANHOLO, 2009)

O terceiro nível de abstração que é definido pela diferença entre os preços de produção e os preços de mercado se exemplifica a partir do poder de definição de preços dos monopólios. Empresas monopolistas são capazes de definir os preços de mercado de seus produtos acima do preço de produção, produzindo um número menor de mercadorias do que aquele que é demandado. Assim essas empresas obteriam um lucro acima da média e portanto se apropriariam de uma massa de mais-valor acima do que geraram. Ora, tendem a existir mais empresas monopolistas de mercado localizadas em países imperialistas do que em países dependentes. Portanto, esse se apresenta como mais um mecanismo de transferência de valor entre as economias dependentes e imperialistas. (CARCANHOLO, 2013)

Outras formas de transferência de valor são estabelecidas através de remessas de lucros, *royalties* e dividendos que expressam a dependência tecnológica, pois por não disporem das mesmas tecnologias que os países imperialistas os países dependentes precisam pagar para usá-las; e remessas de juros que expressam a dependência financeira, pois as economias dependentes não determinam os fluxos internacionais de capitais e nem possuem moedas fortes. (LUCÉ, 2018)

Configura-se, assim, uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia (aquilo que Marini chamou de “capitalismo sui generis”), justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, royalties, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não

sendo, portanto, realizada internamente. (AMARAL e CARCANHOLO, 2009, pag. 217)

Portanto as economias dependentes não conseguem manter um grau de acumulação de capital sustentável internamente por causa da transferência de valor. Para garantir a acumulação interna de capital, os capitais dependentes buscam compensar o valor transferido, que só pode ser efetuado na esfera produtiva. Assim surge a superexploração da força de trabalho, um tipo específico de exploração que se manifesta em economias dependentes, como meio de compensar a transferência de valor.

2.2 A superexploração da força de trabalho

A superexploração da força trabalho é a maneira pela qual os capitais nas economias dependentes logram compensar os valores transferidos para as economias imperialistas. Nas palavras de Marini:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2000, p. 11)

Alguns esclarecimentos devem ser feitos sobre a categoria para sua melhor compreensão. Segundo Carcanhola (2013), a categoria superexploração não pode ser confundida com outras formas de elevação da taxa de mais-valia. Dados alguns equívocos em relação a interpretação da categoria, Luce (2018) define o que não é superexploração da força de trabalho: persistência de formas antediluvianas do capital; taxa superior de mais-valia; predominância de mais-valia absoluta em relação a ausência de mais-valia relativa; ausência de elevação da produtividade; pauperismo e tese subconsumista; circulacionismo; tendencia geral do capitalismo em todo lugar; anulação da lei do valor.

A persistência de formas antediluvianas do capital como interpretação da categoria superexploração é o entendimento que a superexploração seria a manifestação de relações de produção pré-capitalistas, como a servidão e a escravidão. (LUCE, 2018)

Na segunda interpretação que considera a superexploração como taxa superior de mais-valia o erro consiste em considerar que a superexploração pode ser mensurada pela taxa de mais-valia. Caso a superexploração fosse definida como um grau maior de

exploração, não haveria como se justificar que a mesma fosse inerente as economias dependentes. Pois, as economias imperialistas podem apresentar massas de mais-valia superiores as dos países dependentes. (LUCE, 2018)

A associação da superexploração com apenas a extração de mais-valia absoluta e a não possibilidade de extração de mais-valia relativa também se mostra equivocada segundo o autor. Marini jamais afirmou a impossibilidade de aumentos de produtividade nas economias dependentes capazes de diminuir os preços dos bens salário, e portanto aumentar a extração de mais-valia relativa. (LUCE, 2018)

A interpretação que superexploração seria a ausência de elevação da produtividade é apontado por Luce (2018) como outro erro de interpretação da obra de Marini. As economias dependentes podem sim apresentar ganhos de produtividade, porém estas são mais limitadas no capitalismo dependente, e por isso, como já explicado, ocorre a transferência de valor.

A tese subconsumista interpreta a superexploração como pauperismo, o equívoco nessa interpretação está no entendimento de que a superexploração seria a compressão salarial a níveis indeterminados, dada a não necessidade de realização das mercadorias produzidas pelo mercado interno, nas economias dependentes. (LUCE, 2018)

A crítica circulacionista parte do entendimento que Marini se preocupa apenas com o nível da circulação em sua obra em detrimento ao nível da produção, afastando assim a obra de Marini do rigor metodológico marxista. (LUCE, 2018)

A compreensão de que a superexploração do trabalho seria uma tendência geral do capitalismo, como o nome transparece, entende que a superexploração não é um fenômeno exclusivo das economias dependentes e que portanto se manifestaria em todas as economias capitalistas. (LUCE, 2018)

Por ultimo, a superexploração seria a anulação da lei do valor de Marx. O engano parte da suposição de que Marini teria interpretado a lei do valor como uma igualdade entre preços e valores ou que Marini não teria considerado que na teoria marxiana as mercadorias poderiam ser vendidas ou compradas abaixo de seu valor.

Definido o que não é a superexploração do trabalho, partamos agora para as definições expostas por Marini. Segundo o autor, existem três mecanismo utilizados para a superexploração: a intensificação do trabalho; o aumento da jornada de trabalho sem que haja em contrapartida um ganho salarial; e expropriação pelo capitalista de parte do tempo necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho. (MARINI, 2000)

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2000, p. 13)

Segundo Amaral e Carcanholo (2009), a fim de superexplorar os trabalhadores os capitalistas impõe uma queda salarial a um nível inferior ao valor necessário para repor a força de trabalho. Isso ocorre dada a existência de um amplo Exército Industrial de Reserva (EIR) no capitalismo-dependente. Categoria desenvolvida por Marx EIR se trata de uma massa de trabalhadores desempregados que servem de reserva para os capitalista. Um aumento no EIR possibilita que os capitalistas explorem mais seus trabalhadores. Pois se há um grande numero de desempregados no mercado o capitalista pode facilmente substituir seus empregados, os empregadores então utilizam essa justificativa para coagir e explorar os trabalhadores.

Com isso, fica clara a funcionalidade do EIR para a acumulação capitalista, que se sustenta justamente baseada na superexploração, tanto através de ampliação da mais valia absoluta quanto da mais valia relativa. Mais do que isto, esta é a tendência mesma do sistema capitalista: ampliar a composição do capital, engrossar a massa de trabalhadores que compõem o EIR para, com isso, ter as portas abertas à ampliação da superexploração baseada nos quatro mecanismos de extração citados e, conseqüentemente, para o fortalecimento da acumulação. (AMARAL e CARCANHOLO, 2009, p. 222)

Esse tipo de superexploração da força de trabalho que remunera a força de trabalho abaixo de seu valor acarreta numa grande desigualdade de renda e riqueza nas economias dependentes, pois os capitalistas acumulam cada vez mais capital em detrimento da classe trabalhadora. (CARCANHOLO, 2013)

Com essa dinâmica de acumulação de capital, o capitalismo dependente pode crescer, contornando sua restrição externa. Entretanto, com esse quadro, fica fácil entender como essa dinâmica traz consigo as conseqüências inevitáveis da dependência: distribuição regressiva da renda e da riqueza, associada a uma marginalidade e violência crescentes. (CARCANHOLO, 2008)

As burguesias dependentes, para compensar a transferência de valor, desenvolveram um modo particular de extração de mais-valia, remunerando a força de trabalho abaixo de seu valor. Por consequência, parte do fundo necessário à reprodução da força de trabalho é constantemente apropriado pelo capital, no capitalismo-dependente. (MARINI, 2000)

Essa situação, seguindo com Marini, acarretou o surgimento de duas esferas de consumo na economia dependente. Uma esfera de consumo baixa, a qual os trabalhadores fazem parte. E uma esfera de consumo alta, que privilegia o consumo das elites econômicas. Isso o levou a perceber que o consumo da classe trabalhadora teria pouco peso na dinâmica econômica dependente.

A superexploração da força de trabalho não coloca, em princípio, empecilhos para a acumulação interna de capital, ao restringir o consumo da força de trabalho, porque sua dinâmica de realização pode depender do mercado externo e/ou de um padrão de consumo que privilegia as camadas média e alta da população. (CARCANHOLO, 2008, pag. 257)

Portanto, a superexploração do trabalho é um mecanismo estrutural da economia dependente, que permite equalizar a transferência de valor das economias dependentes para as economias imperialistas. Essa característica estrutural das economias dependentes leva a uma maior desigualdade de renda nessas economias, privilegiando a acumulação de capital pelas classes altas e médias.

2.3 Subimperialismo

Marini em seus estudos sobre a dependência define a categoria subimperialismo como "a forma que assume o capitalismo dependente ao atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro." (MARINI, 2012b, pag. 256)

O subimperialismo se define, portanto: a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores). (MARINI, 2012b)

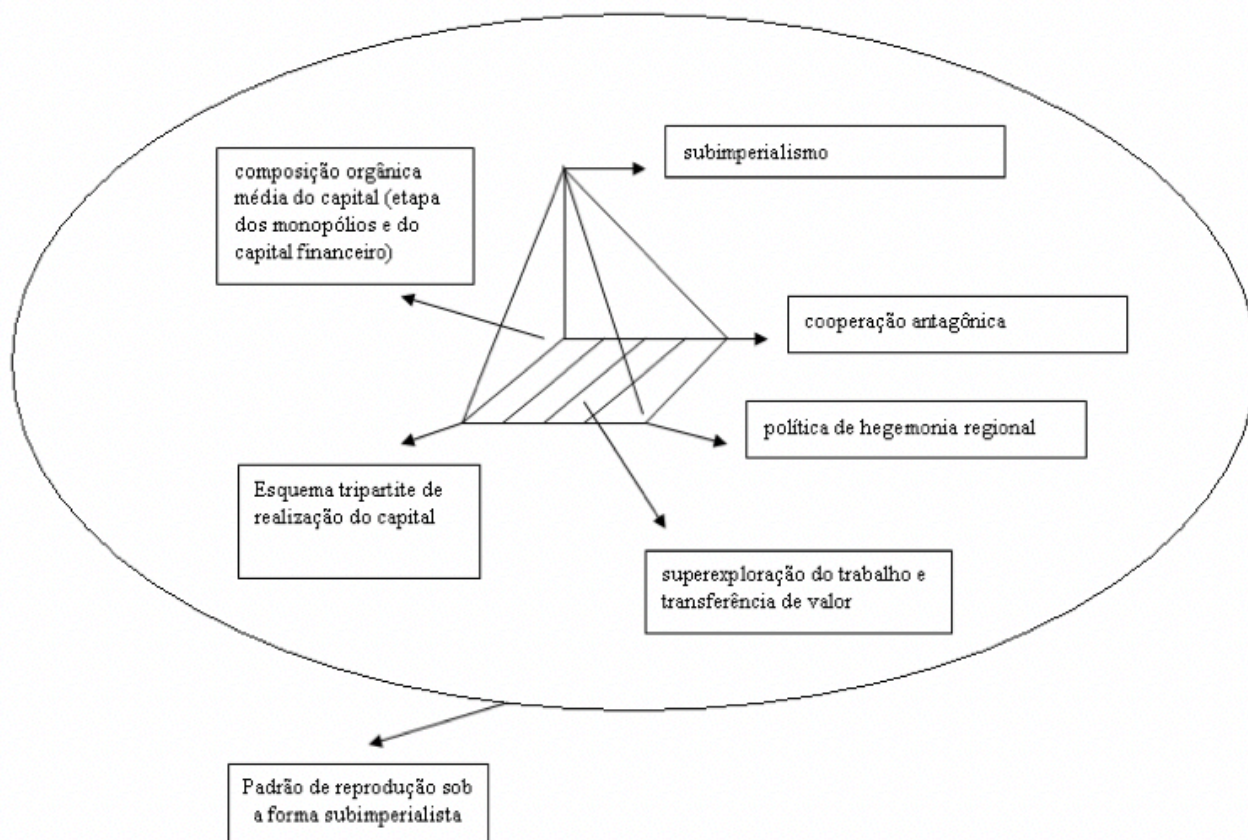
É de extrema importância ressaltar que um país subimperialista por definição é uma economia dependente que se encontra num marco intermediário entre centro e periferia a partir da complexificação da divisão internacional do trabalho. Portanto, uma economia subimperialista está exposta as contradições e características da dependência, como a transferência de valor e a superexploração do trabalho.

Neste emaranhado de relações, a existência do subimperialismo pode ser visualizada quando a concorrência no mercado mundial defronta vários capitais globais nacionais. A cadeia imperialista torna-se mais complexa e abrange relações de transferência de mais-valor entre capitais particulares que na hierarquia global são definidos como dependentes. Ora, se a questão for tomada nesse nível elevado de abstração, aquele país dependente cujo capital global nacional se relaciona com outros capitais também de países dependentes e se apropria de mais valores do que produz nessa relação é o país chamado de subimperialista. (LEITE, 2015, p.36)

Em "A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria" (2011), Mathias Luce faz um estudo profundo da categoria subimperialismo nas obras de Marini. O autor identifica quatro principais categorias do subimperialismo: 1) uma composição orgânica do capital média (fase dos monopólios e do capital financeiro); 2) um esquema tripartite de realização do capital baseado no Estado, mercado externo e consumo suntuário; 3) uma política de hegemonia regional; 4) cooperação antagônica com o imperialismo

Para exemplificar melhor essas características Luce desenvolve uma figura de como seria a organização das mesmas.

Figura 1. As categorias do subimperialismo



Fonte: LUCE (2011).

2.3.1 Composição orgânica média do capital

O aumento do movimento de capitais ocorrido no pós-Segunda Guerra possibilitou uma nova divisão internacional do trabalho. A exportação de capitais dos países centrais para os países periféricos, elevou a composição orgânica do capital nesses países, criando subcentros político-econômicos.

Contudo, é possível afirmar que o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial - na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção - e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro. Neste sentido, em nossos dias, o Brasil se identifica como a mais pura expressão do subimperialismo. (MARINI, 2012b, 41)

É neste mesmo período, pós-guerra, que o Brasil passa a atrair este fluxo de capitais internacionais, devido a políticas públicas deliberadas de integração com as economias imperialistas, principalmente os EUA.

A política de integração ao imperialismo tem um duplo efeito: aumentar a capacidade produtiva da indústria, graças ao impulso dado aos investimentos e à racionalização tecnológica, e, em virtude desta última, acelerar o desequilíbrio existente entre o crescimento industrial e a criação de empregos pela indústria. (MARINI, 2012b, p. 155)

Segundo Marini (1971), o modelo de desenvolvimento brasileiro se alinhou ao capital estrangeiro que provinha a tecnologia necessária à expansão comercial, pois não tinha condições materiais de competir com os países imperialistas. Isto revela a característica brasileira de dependência, pois seu crescimento econômico estaria atrelado ao desenvolvimento das nações capitalistas. As inovações tecnológicas não se restringiram somente na maquinaria, surgem também diversas inovações financeiras com o intuito de diminuir o tempo de rotação do capital.

É necessário, ademais, considerar que o progresso tecnológico não incide apenas na circulação do capital produtivo, senão também, e de maneira decisiva, na circulação do capital dinheiro. Ao encurtar a rotação do ciclo de capital circulante, as inovações tecnológicas, e o conseguinte incremento da produtividade, fazem com que uma determinada parte do capital desembolsado resulte supérflua para o processo de produção e se desvincule deste, a menos que, e até que, se amplie a escala da produção. Expulso assim da órbita do capital produtivo, esse capital não deixará, entretanto, de perseguir sua valorização e buscará o retorno à esfera produtiva, através do mercado financeiro. Isto é o que explica a expansão do mercado de dinheiro, que se manifestou no auge bancário já mencionado e respondeu, em boa medida, aos fluxos da exportação de capital. (MARINI, 2012a, p. 42)

O investimento de capital estrangeiro no Brasil levou à desnacionalização de diversas empresas fazendo com que médias e pequenas empresas entrassem em falência ou fossem absorvidas por grandes capitais. Isso aumentou a tendência de monopolização da economia brasileira. (MARINI, 1971)

O Brasil logrou um processo de industrialização pesada a partir dos fluxos de capitais direcionados ao país. Chegando assim numa composição orgânica média de seu capital que situa em patamares intermediários na comparação internacional. (MARINI, 1971)

O resultado tem sido um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação - que são também potências capitalistas medianas -, o

que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo. (MARINI, 2012a, p. 43)

O Brasil porém, não foi o único país na América Latina a receber grandes fluxos de capitais estrangeiros. Segundo Marini o investimento estrangeiro direto estadunidense em 1967 na América Latina foi de 32,3% em relação ao total no mundo. Além do Brasil, México e Argentina foram os países que mais receberam esse tipo de investimento. Esses dois países, assim como o Brasil, lograram um processo de industrialização que elevou suas composições orgânicas de capital a um nível médio. (MARINI, 1971)

Já dissemos em outras oportunidades que a concretização histórica do subimperialismo não se deve a uma questão meramente econômica. A existência de condições propícias ao seu desenvolvimento não assegura por si só a conversão de um país em um centro subimperialista. (MARINI, 2012b, p. 41)

Essa afirmação de Marini ajuda o entendimento de que apesar da composição orgânica média do capital ser uma das bases do subimperialismo, ela por si só não define a categoria. E portanto México, Argentina e outros países apesar de apresentarem um grau médio da composição orgânica de seus capitais, não são classificados por Marini como países subimperialista. Para se entender o porque disso faz-se necessário a compreensão das demais categorias que definem o subimperialismo.

2.3.2 O sistema tripartite de realização do capital subimperialista (Estado, mercado externo e consumo suntuário)

O desenvolvimento da indústria de bens duráveis no Brasil se limitava devido aos limites da capacidade interna de consumo, dado seu caráter dependente. (LUCE, 2011)

Para Marini, o eixo do subimperialismo está constituído pelo problema do mercado. Na sua interpretação, a crise dos anos 1960 apresentara a impossibilidade de a indústria de bens duráveis seguir o curso de um desenvolvimento ascendente se fossem mantidos os mesmos limites da estrutura do mercado interno, determinados pela superexploração do trabalho. (LUCE, 2011, p. 194)

Para contornar esse problema de realização de suas mercadorias era necessário que a economia brasileira, de maneira relativamente autônoma, buscasse maneiras de realização de suas mercadorias no mercado externo. (MARINI, 2012a)

Contudo, a indústria latino-americana é incapaz de satisfazer-se com o mercado interno e conta com limitações estruturais para executar sua ampliação de forma acelerada. Impõe-se a ela, pois, abrir-se ao exterior, o que tem convertido a exportação de manufaturas na característica mais marcante do grande capital estrangeiro e nacional na América Latina. (MARINI, 2012a, pag. 51)

Outra maneira para contornar o problema de realização das mercadorias foi a interferência do Estado na economia de modo a aumentar a demanda interna e externa por seus produtos. (MARINI, 2012b)

O esquema subimperialista partiu das reivindicações do capital, proporcionando facilidades para uma maior e imediata exploração do trabalho, além de servir na busca por novas oportunidades de mercado. Para isso, tinha que atuar em duas frentes: complementar o mercado interno através do consumo público e abrir as portas do mercado externo. No primeiro caso, e dado que não se cogitava estimular o consumo popular, esse complemento se centrou menos em obras de benefício social que em obras relacionadas diretamente aos interesses do capital, seja com o objetivo de criar maiores facilidades para sua reprodução, seja com a finalidade de absorver parte daquilo que não podia ser destinado ao consumo popular. (MARINI, 2012b, p. 165)

Marini discute uma terceira maneira de realização das mercadorias subimperialista definida pelo consumo suntuário. O consumo suntuário é determinado por Marini como o contraste do consumo de bens necessários a reprodução da classe trabalhadora em relação ao consumo de bens de luxo na dinâmica do mercado interno. (LUCE, 2011)

na perspectiva do esquema subimperialista, o que surge assim é a terceira pata na qual ele se apoia: “a sociedade de consumo” à moda da casa, criada mediante a transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e altas, a fim de garantir o mercado para uma indústria altamente tecnificada, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas (MARINI, 1974, p 197, apud LUCE, 2011, p. 118)

Marini parte dessa ideia a partir da observação do "milagre econômico". Para dinamizar a economia e possibilitar um crescimento econômico, a equipe econômica liderada por Delfim Neto priorizou o consumo das classes médias e altas. (LUCE, 2011)

O primeiro deles (que, cronologicamente, é o último, já que só se configurou plenamente a partir de 1968, enquanto que os demais já se haviam feito visíveis no curso da crise de 1962-67) é o consumo suntuário. Ele é explicado na medida

em que os setores dinâmicos da economia brasileira, no período, são aqueles que produzem bens mistos: automóveis, aparelhos eletrodomésticos, etcetera, o que tornou indispensável dinamizar o mercado interno. A superexploração do trabalho em que se baseia o modelo de reprodução, e que leva a que, desde 1965, o salário real operário tenha se reduzido a aproximadamente a metade, não é obstáculo para isto. Na verdade, permite uma redistribuição regressiva da renda, não só em favor da classe capitalista, mas também das camadas médias, conformando um mercado limitado, porém dinâmico para a produção de bens mistos e outros produtos suntuários. Essa acentuação do hiato (brecha) entre a esfera alta e esfera baixa da circulação nacional implica, desde logo, que se agrava o divórcio entre o desenvolvimento do aparato produtivo e as necessidades de consumo das massas, traço inerente ao capitalismo dependente (MARINI, 1977b apud LUCE, 2011, pag. 119).

A combinação desses três elementos, produção voltada para o mercado externo, participação ativa do Estado na economia, e priorização do consumo suntuário, definem o esquema de realização do capital na economia subimperialista. Desse modo se restaura a unidade entre produção e circulação, logo, a realização da mais-valia extraída dos trabalhadores. (LUCE,2011)

2.3.3 Política de hegemonia regional

A partir dos anos 60, o governo brasileiro passa a adotar uma política externa de expansão de sua influencia na América do Sul. Para se estabelecer como potência hegemônica sul-americana era necessária a disputa dessa influência com a segunda maior economia do cone-sul, a Argentina.

As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados à metrópole para explorar os povos vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, que atualmente o regime argentino procura imitar. (MARINI, 2012b, pag. 65)

Luce (2011), destaca que o golpe militar argentino de 1966 mudou os rumos da economia argentina. O plano do governo pré-golpe beneficiava a burguesia agrária argentina, auxiliando assim uma divisão regional do trabalho que favoreceria o Brasil, porém o novo governo militar, alinhado a uma elite industrial, tinha o objetivo de disputar a influencia hegemônica sul-americana.

Essa competição poderia ser ilustrada com as disputas de influência que se estabelecem entre os dois países com relação a Paraguai e Uruguai, porém é ainda mais nítida no que se refere à Bolívia, pela importância deste país no que constitui o ponto crítico do problema: a indústria siderúrgica. Com efeito, os avanços realizados pelo Brasil neste campo foram tão notáveis, na década dos 50, que ainda puseram a Argentina em dependência da produção brasileira: em 1965, os produtos siderúrgicos representavam mais de um terço da exportação brasileira de manufaturas e foram absorvidos em sua quase totalidade pela Argentina. A preocupação por este fato se manifestou com vigor depois do golpe de Estado de junho [1966], provocando pronunciamentos alarmistas da Confederação Industrial da Argentina e de jornais com tendências tão divergentes como *Primera Plana* e *Clarín*. (MARINI e PELLICER DE BRODY, 1967, p.8-9, apud LUCE, 2011, pag. 143)

Marini (2012b) salienta que a expansão da influência brasileira na parte sul do continente, além de representar os interesses capitalistas brasileiros, também refletia os interesses imperialistas estadunidenses.

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense). Essa tentativa de integrar a América Latina econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo estadunidense e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje uma intenção. (MARINI, 2012b, p. 130)

Com o alinhamento com as economias imperialistas o Brasil logrou o desenvolvimento de um dos 10 maiores parques industriais de automóveis do mundo além de se tornar o segundo país subdesenvolvido a mais exportar armamentos. Tornando-se o maior subcentro econômico regional. (LUCE, 2011)

O estabelecimento de uma divisão regional do trabalho em benefício do subimperialismo estabelece uma transferência de valor das nações regionais subordinadas ao capital subimperial. (LUCE, 2011)

O contraste que opunha uma produção diversificada, de um lado, à especialização em poucos produtos de menor valor agregado, de outro, traduzia o intercâmbio desigual que se materializava em ritmo crescente nas relações econômicas regionais. Ao tempo que os capitais em operação no Brasil incrementavam suas exportações de manufaturados e conquistavam mercados consumidores para aqueles produtos nos demais países latino-americanos – fazendo da divisão regional do trabalho um meio para a realização do capital-mercadoria das

indústrias do capitalismo brasileiro – o interesse por fontes de matérias-primas e energia no exterior atendiam, por sua vez, ao objetivo de reduzir os custos do capital constante, de modo a elevar as taxas de lucro ou deter a ativação de sua queda tendencial, como é característico nas leis de funcionamento da economia capitalista. (LUCE, 2011, p. 145)

Paraguai, Bolívia e Uruguai sofrem diretamente os efeitos dessa divisão regional do trabalho, porém tal divisão não levou a uma melhora na qualidade de vida da classe trabalhadora brasileira, que está subordinada à superexploração de sua força de trabalho. A divisão regional do trabalho beneficia apenas a acumulação de capital pela classe capitalista brasileira e estrangeira que opera no país. (LUCE, 2011)

2.3.4 Cooperação antagônica

Segundo Luce (2011), Marini aprende a categoria cooperação antagônica de Thalheimer e a utiliza para analisar as relações entre as diferentes frações de classes e a relação entre as economias imperialistas e dependentes.

Um primeiro aspecto a ser considerado é o fato de que a integração imperialista da América Latina, em sua nova fase, iniciada com o golpe militar no Brasil, não poderá ser exercida fora dos marcos da cooperação antagônica. O antagonismo será mais acentuado sobretudo onde burguesias nacionais poderosas se enfrentem, como é o caso da Argentina e do Brasil, mas a cooperação ou a colaboração serão, cada vez mais, a regra que irá reger as relações dessas burguesias entre si e com os Estados Unidos. O peso que a influência estadunidense e brasileira terá na balança obriga a essa colaboração. Mais que tudo, porém, essa colaboração será necessária para as classes dominantes do hemisfério, visando a conter a ascensão revolucionária das massas verificada atualmente - que só pode se agravar com o avanço da integração imperialista. (MARINI, 2012b, p. 130)

Luce (2011) afirma que a política de cooperação antagônica é uma das maneiras que a economia subimperialista se utiliza para reafirmar seu caráter hegemônico regional. O autor destaca o seguinte trecho da obra de Marini:

A reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, no marco da integração imperialista e frente ao recrudescimento das lutas de classe na região, levou à implantação de regimes militares de corte essencialmente tecnocrático. Sua tarefa é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários à implementação de uma nova ordem econômica que a integração imperialista requer; por outro lado, reprimir tanto as aspirações de progresso material como os

movimentos de reformulação política produzidos pela ação das massas. Reproduzindo à escala mundial a cooperação antagônica levada a cabo no interior do país, ditos regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico: Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se chocam continuamente com este, em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados. (MARINI, 1974, p. 19-20 apud LUCE, 2011, pag. 150-151).

Portanto, a cooperação antagônica é definida pela contradição da relação entre a classe burguesa dependente e a classe burguesa imperialista. A burguesia dependente por não ter condições materiais suficiente para competir com a burguesia imperialista utiliza do auxílio do Estado para obter condições melhores frente aos países imperialistas. Porém, isto não significa que a economia subimperialista possa romper com as relações de dependência impostas pelo imperialismo, pelo contrario, ao mesmo tempo em que a economia subimperialista possa estabelecer zonas de influencia próprias, essa economia está sujeita aos mecanismos de dominação imperialistas. (LUCE, 2011)

Luce (2014), apresenta 5 elementos históricos da manifestação da autonomia relativa brasileira, que são: A ascensão do Brasil como subcentro regional, dada a acumulação de capital no país e sua transformação em subcentro da industria pesada; o conluio de certa fração da burguesia interna; a formação de um projeto nacional subimperial; a formação de grandes empresas nacionais; e a condição de economia dependente que cede valor para os países imperialistas mas que se apropria de valor de outras nações.

2.3.5 Outras interpretações acerca do imperialismo brasileiro

Virginia Fontes e Raul Zibechi defendem que o Brasil desempenha um papel imperialista na América do Sul. (BERRINGER, 2013)

Fontes desenvolve a categoria capital-imperialismo para explicar o capitalismo contemporâneo e define três características do capital-imperialismo: predominância do "capital-monetário"; transformação dos trabalhadores em instrumentos de acumulação e valorização do capital através dos fundos de pensão; e a expansão capitalista além das fronteiras nacionais. A autora define que o Brasil chegou a fase do capital-imperialismo e portanto o país seria imperialista, porém subalterno. (BERRINGER, 2013)

Já Zibechi define a divisão internacional do trabalho pelo conjunto de 3 tipos de Estados: os centrais; os semiperiféricos; e os periféricos . (BERRINGER, 2013)

Segundo Berringer, Fontes e Zibechi apresentam uma concepção de imperialismo muito ligada a esfera econômica, pois dão grande importância ao IED, em detrimento da esfera política. (BERRINGER, 2013)

Fontes e Zibechi diferenciam suas concepções de imperialismo brasileiro da categoria subimperialismo desenvolvida por Marini. Para os dois autores o subimperialismo não permite explicar a atual fase de desenvolvimento brasileiro, pois a insuficiência do mercado interno não se apresentaria mais como realidade. (BERRINGER, 2013)

Para Zibechi o Brasil não se apresenta como uma economia dependente, o autor considera que o país se encontra no caminho de superação de sua condição de semi-periferia, e portanto estaria se tornando uma potência econômica. (BERRINGER, 2013)

Berringer (2013) critica Zibechi ao afirmar que o Brasil apesar de ter logrado um desenvolvimento econômico a partir das políticas neodesenvolvimentistas, isso não permitiu que o país superasse a sua condição de dependência. A autora constata que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro não ocorre de forma autônoma como pressupõe Zibechi.

A autora discorda também da noção de subimperialismo, pois interpreta que a atuação subimperialista serviria apenas como representação do poder imperialista na região sul-americana. A autora portanto não leva em conta uma das categorias que definem o subimperialismo, a cooperação antagônica. (BERRINGER, 2013)

Expostas as categorias que compõe o subimperialismo, e as críticas feitas a sua noção, passaremos para o próximo capítulo que pretende analisar a atuação histórica-social brasileira no mecanismo de cooperação internacional BRICS e nas suas instituições financeiras baseando-se nas quatro características do subimperialismo identificadas por Luce a partir de seu estudo da obra de Ruy Mauro Marini.

CAPÍTULO 3: A INSERÇÃO BRASILEIRA JUNTO AOS BRICS E SUAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SOB À ÓTICA DO SUBIMPERIALISMO

3.1 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul: economias emergentes em busca de maior representatividade nas instituições internacionais

Este capítulo pretende discorrer sobre o comportamento do Brasil em conjunto com o mecanismo de cooperação BRICS e suas instituições financeiras, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Para tanto, será discutida a política externa brasileira entre 2007 e 2018, principalmente no que tange a inserção brasileira nos principais fóruns econômicos internacionais. Após serão apresentadas os motivos que levaram a institucionalização do mecanismo de cooperação, devido a um descontentamento do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul com o sistema financeiro internacional e sua incapacidade de adotar reformas acentuadas. Em seguida, dar-se-á exposição dos marcos de criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, bem como, o atual funcionamento dessas instituições. Por fim, se confrontará a inserção brasileira nessas instituições com a Teoria Marxista da Dependência, num esforço de identificar como (e se) as características do subimperialismo se apresentam na inserção brasileira junto aos BRICS.

O termo BRICS, acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China, surge em 2001 a partir do relatório "Building Better Global Economic BRICs", elaborado por Jim O'Neill para a Goldman Sachs. Voltado para investidores internacionais do banco de investimento, o relatório apresenta dados de crescimento do PIB do Brasil, Rússia, Índia e China. O'Neil afirma a crescente importância dos países emergentes na economia mundial, segundo o economista os BRICS em conjunto representavam 23,3% do PIB (PPC⁶) mundial em 2001. O relatório apresenta também projeções para os 10 anos seguintes estimando um aumento mais acentuado dos BRICS na economia mundial. Para além das projeções econômicas O'Neil também faz uma projeção política, ao afirmar que dada a maior participação dos BRICS na economia mundial isso se refletiria numa possível reforma dos fóruns econômicos mundiais, em principal o G7⁷ que segundo o economista deveria passar a incluir os BRICS nas conferências, dada a importância econômica desses países. (O'NEIL, 2001)

⁶ Paridade do Poder de Compra

⁷ Grupo dos 7: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido

A previsão de O'Neil sobre o G7 foi acertada. Com a eclosão da crise financeira de 2008, o G20 toma o lugar do G7 como centro da governança financeira internacional. Criado em 1999, para discutir as crises financeiras e cambiais ocorridas na década de 90 nos países em desenvolvimento, o G20 se tratava de uma reunião dos ministros de economia e finanças dos países membros⁸. Em 2008, o grupo convoca uma cúpula em Washington para se discutir a crise internacional, porém há uma mudança, em vez de comparecerem somente os ministros de economia e finanças dos países membros, comparecem os chefes de estado de cada país, aumentando assim a relevância do grupo. A escolha do G20 como principal fórum econômico-financeiro internacional representou uma das maiores mudanças de governança internacional desde o pós-Segunda Guerra Mundial. (RAMOS, 2014)

O diagnóstico proferido pelo G20 foi que a crise teria sido ocasionada pela falta de regulação no mercado financeiro, bem como, a falta de coordenação entre as políticas macroeconômicas dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento. (RAMOS, 2014)

A partir dessas constatações, as recomendações do G20 para enfrentar a crise e evitar seu aprofundamento abordaram, basicamente, cinco dimensões: i) execução de medidas anticíclicas por parte das economias afetadas pela crise; ii) introdução de novas regras prevendo o aumento das reservas prudenciais de capital em operações de empréstimo (aperfeiçoando o Acordo de Basileia II) e mecanismos para reduzir o grau de alavancagem e regras mínimas de capital para controle do risco de liquidez; iii) adoção de medidas de regulação e supervisão do sistema financeiro nacional e internacional; iv) realização de estudos com vistas à regulação dos diferentes mercados de commodities; e v) reformas das instituições financeiras multilaterais, FMI e Banco Mundial. Além disso, foi acordada a remoção das medidas protecionistas. (ACIOLY, 2019, p. 13)

O diagnóstico gerado no G20, principalmente a parte que recomenda uma reforma institucional no FMI e no Banco Mundial, foi influenciado pela atuação e coordenação diplomática estabelecidas por Brasil, Rússia, China e Índia durante a cúpula. (STUENKEL, 2017)

Em 2009, o BRIC realizou a primeira cúpula em Yekaterinburgh (Rússia); em 2010 o encontro ocorreu em Brasília; e em 2011, em Sanya (China), quando a África do

⁸ África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Itália, Índia, Indonésia, Japão, México, Turquia, Reino Unido e Rússia; e União Europeia

Sul foi incluída no grupo a convite dos chineses. A partir desse ano, o BRICS estabeleceu diálogos calcados em dois eixos de interesse comum: i) a construção de mecanismos de acordos de cooperação entre os países-membros, em várias áreas do conhecimento; e ii) a coordenação para atuação política na esfera da governança econômico-financeira e nos fóruns multilaterais. Neste último, debateram a crise financeira internacional, suas causas e os meios para se lidar com ela, questionando a real capacidade de o sistema evitar desequilíbrios conjunturais, e insistiram na reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, no sentido de melhorar sua representatividade e promover a democratização da governança internacional. Os esforços do grupo passaram, porém, a se dirigir de maneira mais contundente para as demandas de reformas do FMI e o Banco Mundial. (ACIOLY, 2019, p. 15-16)

Os esforços de diálogo entre os BRICs foram inicialmente da Rússia que convocou uma reunião informal entre os ministros das relações exteriores dos 4 países em 2007. Em novembro de 2008, apenas uma semana antes da 1ª Cúpula do G20 em Washington, os ministros das finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos BRICs se reunem em São Paulo para discutir os desdobramentos da crise financeira internacional, nesse encontro é agendada a 1ª Cúpula dos BRICs que marca a institucionalização do grupo. A partir da reunião de São Paulo os BRICs emitiram a seguinte nota:

Exigimos uma reforma das instituições multilaterais para que reflitam as mudanças estruturais na economia mundial e o papel cada vez mais central que os mercados emergentes agora têm. Concordamos que órgãos internacionais hoje devem rever suas estruturas, normas e instrumentos no que diz respeito a aspectos como representatividade, legitimidade e eficácia, além de fortalecerem sua capacidade de tratar as questões globais. A reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial deve avançar e ser orientada rumo a uma voz mais igualitária e a um balanço participativo entre os países avançados e em desenvolvimento. O Fórum de Estabilidade Financeira deve ampliar seu quadro de membros, de forma a incluir a representatividade significativa das economias emergentes. (Brazil, Rússia, Índia, China First Meeting of BRIC Finance Ministers Joint Communiqué, apud STUENKEL, 2017, p. 35)

Segundo Stuenkel, “o presidente Lula, do Brasil, comentou que a crise financeira oferecia oportunidades às potências emergentes para fortalecer a cooperação entre si, bem como sua posição nos negócios globais como um todo” (STUENKEL, 2017, p. 35-36)

Os ministros das finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos BRICs se encontraram em Horsham, no Reino Unido, duas semanas antes dos líderes do G20 se reunirem em Londres. A nota elaborada nesse encontro reafirmava as reformas já

destacadas em outros encontros, e estabelecia de forma mais direta os tipos de reformas necessárias e um ano limite até o qual as medidas deveriam ser tomadas. (STUENKEL, 2017)

Chamamos a atenção especial para a reforma das instituições financeiras internacionais. Propomos que seja revisto o papel do mandato do FMI, de modo a adaptá-lo para uma nova arquitetura monetária e financeira global. Enfatizamos a importância de um compromisso forte com a reforma governamental com uma agenda de planos claros. Consideramos claramente inadequados os recursos do FMI e acreditamos que devam ser ampliados significativamente através de vários canais. Os empréstimos deveriam ser uma ponte temporária para o aumento permanente das cotas, assim como o Fundo é uma instituição baseada em cotas. Por isso, exigimos que uma revisão geral das cotas seja concluída por volta de janeiro de 2011. (STUENKEL, 2017, p. 36)

A reforma do sistema de cotas do FMI era um dos principais pontos das exigências dos BRICS. Segundo Acioly, “os países do BRICS representavam naquele momento 26,5% da renda real e 42,2% da população mundial, porém detinham apenas 14,2% das cotas do FMI e 11,3% dos direitos de voto no Banco Mundial.” (ACIOLY, 2019, p. 16)

A exigências feitas por Brasil, Rússia, Índia e China, em Horsham, influenciaram diretamente as declarações e compromissos estabelecidos pelo G20 na Cúpula de Londres em 2009. Por consequência, em 2010 o G20 aprova a reforma das cotas do FMI. A reforma consistia na transferência de cotas em 6% a mais para os países emergentes, tornando a China o terceiro maior acionista enquanto Rússia, Índia e Brasil passariam a integrar a lista de dez maiores acionistas, é nesse mesmo ano que África do Sul passa a integrar o grupo BRICS. Além da reforma do FMI, também foi acordada a reforma do Banco Mundial, ampliando a participação dos países em desenvolvimento. (STUENKEL, 2017)

Porém a partir da inabilidade do FMI e do Banco Mundial em concretizar as mudanças das cotas estabelecidas pelo G20, o BRICS anunciam em 2014, durante a Cúpula de Fortaleza, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. (ACIOLY, 2019)

3.2 As Instituições Financeiras dos BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas

A ineficiência do FMI e do Banco Mundial, instituições criadas pelos acordos de Bretton Woods, em adotar as reformas determinadas pelo G20 levou o mecanismo de cooperação BRICS à discussão da criação de instituições financeiras que estivessem mais de acordo com os princípios estabelecidos por esses 5 países. (STUENKEL, 2017)

Na 6ª Cúpula dos BRICS, em Fortaleza, os cinco países anunciam o acordo estabelecido para a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas. O capital inicial autorizado do banco foi estabelecido em US\$ 100 bilhões, já o capital inicial subscrito seria de US\$ 50 bilhões que seriam divididos igualmente pelos membros. A dimensão inicial estabelecida para o ACR foi de US\$ 100 bilhões.

3.2.1 O Arranjo Contingente de Reservas

O Arranjo Contingente de Reservas (ACR) é um ponto marcante da cooperação intra-BRICS. O fundo de reservas conjunta entre os 5 países tem a intenção de auxiliá-los em eventuais crises de liquidez. (STUENKEL, 2017)

Temos satisfação em anunciar a assinatura do Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS com a dimensão inicial de US\$ 100 bilhões. Esse arranjo terá efeito positivo em termos de precaução, ajudará países a contrapor-se a pressões por liquidez de curto prazo, promoverá maior cooperação entre os BRICS, fortalecerá a rede de segurança financeira mundial e complementará arranjos internacionais existentes. Manifestamos apreço pelo trabalho realizado por nossos Ministros das Finanças e Presidentes de Banco Central. O Acordo é um marco para a prestação de liquidez por meio de swaps de divisas em resposta a pressões de curto prazo reais ou potenciais sobre o balanço de pagamentos. (BRICS, 2014)

A contribuição para o fundo foi dividida em diferentes montantes para cada país. A China contribuiu com US\$ 41 bilhões, Brasil, Rússia e Índia contribuíram com US\$ 18 bilhões, e a África do Sul com US\$ 5 bilhões. Apesar das diferentes contribuições Brasil Rússia, Índia e China tem o mesmo poder de autorizar o desembolso, apenas a África do Sul que não exerce controle pleno sobre o fundo. (STUENKEL, 2017)

Segundo Stuenkel (2017), o fundo de US\$ 100 bilhões é relativamente modesto em comparação com o FMI por exemplo que administra US\$ 780 bilhões. O autor afirma que os BRICS em conjunto controlam US\$ 5 trilhões em reservas internacionais, e que

portanto, caso disponibilizassem 16% de suas reservas para o ACR o montante do fundo seria de US\$ 800 bilhões de dólares, superando o FMI.

Cada país pode acessar um limite de recursos igual a multiplicação do comprometimento individual de cada parte. A China apresenta um multiplicador igual a 0,5; Brasil, Rússia e Índia igual a 1; e África do Sul tem um multiplicador igual a 2.⁹

O Tratado também estabelece um limite de acesso livre às reservas de 30% do total. Para acessar os 70% restantes de recursos, o país requerente deve firmar um acordo com o FMI e aceitar as condicionalidades propostas pela instituição.¹⁰ Isso se deve ao fato do ACR não possuir instalações físicas e meios de fiscalizar e supervisionar os países requerente como o FMI possui.

Uma das críticas dos BRICS ao FMI e ao Banco Mundial é a política de condicionalidade exigida para a concessão de empréstimos. O tratado que estabeleceu o ACR se assemelha muito com a Iniciativa de Multilateralização Chiang Mai (IMCM). O IMCM foi um acordo estabelecido entre a Associação de Nações do Sudeste Asiático, China, Japão e Coreia do Sul que criou um fundo de reservas conjunto entre esses países de US\$ 240 bilhões. O acordo parte da insatisfação dos países do sudeste asiático com as políticas de austeridade definidas pelo FMI como condicionalidade aos empréstimos negociados. Alguns teóricos e chefes de estado consideram as condicionalidades deliberadas pelo FMI como um ataque a soberania dos países devedores, pois ao estabelecer uma série de políticas econômicas as quais esses países devem seguir, a instituição limita a possibilidade, dos países em dívida, de definirem suas próprias políticas econômicas (STUENKEL, 2017)

Marini (2012) ressalta as disparidades de poder dentro do FMI, e como os EUA ao auxiliar na criação dessa instituição assegurou sua hegemonia no plano internacional.

O FMI e o Bird se organizaram de acordo com as normas das corporações privadas, mediante subscrições de capital por parte dos países membros; na medida em que drenavam as reservas em divisas e em ouro dos países capitalistas, tais organismos correspondiam, na prática, a trustes financeiros internacionais. A função do FMI consistia em financiar os déficits dos balanços de pagamentos, utilizando as reservas mundiais que centralizava, a fim de impedir que surgissem obstáculos à circulação internacional do capital; contando com mais de 20% dos votos, quando geralmente o voto de maioria exige 80%, os Estados Unidos detinham naquele organismo o direito de veto. Ao Bird havia sido

⁹ Treaty for the Establishment of a Contingent Reserve Arrangement A.5.a / 2014

¹⁰ Ibidem A.5c-d / 2014

atribuída a tarefa de - utilizando também as reservas mundiais em seu poder - financiar projetos de desenvolvimento econômico, com o propósito de criar condições para a rentabilidade do capital privado; os Estados Unidos, ao participar com 30% do capital, asseguravam sua hegemonia na referida instituição. (MARINI, 2012a, p. 33-34)

Portanto o fato do EUA possuir mais de 20% dos votos e exercer o poder de veto nessa instituição, demonstra como o FMI representa os interesses imperialistas dos EUA e endossa sua hegemonia internacional.

Atualmente o FMI tem duas maneiras de exercer controle sobre as políticas econômicas de certos países. A primeira procede de seu papel de monitor econômico-financeiro internacional. Um dos papéis da instituição é de monitorar as economias dos estados-membros, visita-los, e fazer recomendações de melhoria. Como o mercado financeiro costuma agir em função de avaliações de risco de mercado, possíveis avaliações negativas proferidas pelo FMI podem influenciar num efeito de fuga de capitais, obrigando assim os países-membros a seguirem suas recomendações. Esse tipo de efeito, porém só ocorre nos países em desenvolvimento, os países desenvolvidos receberam recomendações no sentido de liberalização de suas economias, e os mesmos não adotaram as sugestões do FMI sem que houvesse fuga de capitais de suas economias. (CARVALHO, 2003)

O segundo modo de controle das políticas econômicas é mais direto e ocorre quando um país solicita socorro financeiro a instituição, através dos contratos de financiamento. Ao tomar um empréstimo ao FMI o país devedor assina dois contratos, a Carta de Intenções e o contrato financeiro, em que o país compra do fundo uma quantidade definida de moeda estrangeira calculada em Direito Especial de Saque (DES), unidade de conta utilizada pelo FMI que tem seu valor estipulado a partir de uma cesta com as principais moedas do mundo, em particular dólar e euro. Na Carta de Intenções são estabelecidas as condicionalidades as quais o país devedor deve seguir para sanar seus problemas na balança de pagamentos e que permitirá o pagamento futuro da dívida. Tal compromisso se trata de uma declaração unilateral, ou seja, o tomador de empréstimo se compromete a seguir as normas estabelecidas, e formalmente o FMI não teria responsabilidade sobre a política “definida pelo devedor”. Porém é notório que a parte mais importante para a concessão do crédito são as políticas que devem ser adotadas e que as mesmas são definidas estritamente pelo FMI. (CARVALHO, 2003)

Apesar das críticas as condicionalidades do FMI, a IMCM, assim como o ACR, tem o acesso integral das reservas vinculados ao FMI. A Malásia, que se opunha a

vinculação do IMCM com FMI, exigiu a criação de um grupo de estudos para avaliar maneiras de romper o vínculo do IMCM com o FMI no futuro. (STUENKEL, 2017)

3.2.2 O Novo Banco de Desenvolvimento

O Novo Banco de Desenvolvimento, foi criado a partir da insatisfação dos BRICS com a ausência de reformas profundas nas instituições de Bretton Woods. A função do banco é a de contornar as restrições de empréstimos para projetos de infraestrutura nesses países, e a de possibilitar financiamentos a projetos de desenvolvimento sustentável. (ACIOLY, 2019)

Os BRICS, bem como outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, continuam a enfrentar restrições de financiamento significativos para lidar com lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento. Manifestamos apreço pelo trabalho realizado por nossos Ministros das Finanças. Com fundamento em princípios bancários sólidos, o Banco fortalecerá a cooperação entre nossos países e complementará os esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais para o desenvolvimento global, contribuindo, assim, para nossos compromissos coletivos na consecução da meta de crescimento forte, sustentável e equilibrado. (BRICS, 2014)

O capital inicial autorizado do banco foi estipulado em US\$100 bilhões. O capital inicial subscrito ficou definido em US\$ 50 bilhões. A cidade escolhida para sediar o banco foi Xangai, na China. (BRICS, 2014)

É primeira vez que um banco de desenvolvimento de alcance global é estabelecido apenas por países de economia emergente, sem a participação de países desenvolvidos na fase inicial. Trata-se, portanto, de um grande desafio para nós. A iniciativa de criar o NBD tem um aspecto geopolítico, sem dúvida. Reflete a insatisfação dos Brics com as instituições multilaterais existentes, que demoram a se adaptar ao século XXI e a dar suficiente poder decisório aos países em desenvolvimento. Mas o NBD não é um banco político. O banco se pautará por critérios técnicos para aprovar projetos. (BATISTA JR., 2016, p. 179)

Segundo Acioly (2019), o Banco Mundial que inicialmente foi projetado para a reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra, direcionou poucos recursos a projetos

de desenvolvimento, principalmente na década de 1960. A autora ressalta que a crise do endividamento nos anos 1980 intensificaram as críticas a instituição.

Cabe destacar, em síntese, que as principais críticas que têm sido endereçadas ao Banco Mundial seguem basicamente em três direções.

1) Mudanças constantes no mandato e funções do banco como resultado de alterações no contexto internacional de redefinição da divisão internacional do trabalho e dos interesses dos países desenvolvidos, particularmente dos Estados Unidos. 2) Alterações nos sistemas de empréstimos, tanto pela introdução de condicionalidades relativas aos empréstimos para programas de ajuste estrutural dirigidos aos países em desenvolvimento com problemas de balanço de pagamentos quanto por alterações na origem dos recursos emprestáveis. Estes com a crescente predominância de recursos oriundos de bancos privados, em detrimento das contribuições dos governos (imprimindo outra lógica de avaliação aos empréstimos). 3) Manutenção de uma estrutura de governança assimétrica no processo de tomada de decisões internas, com excessiva centralização de poder nas mãos de uns poucos países desenvolvidos e predomínio do peso dos Estados Unidos em termos de voto e controles de natureza administrativa e política da instituição. (ACIOLY, 2019, 28-29)

Segundo Batista Jr. (2016), ex-vice presidente do banco, o papel do NBD não é o de substituir o Banco Mundial, dado o seu pequeno porte e seu pouco tempo de criação, mas sim o de complementar as instituições já existentes.

Apesar de reconhecerem a importância do banco mundial e afirmar que o NBD tem a intenção de complementariedade ao BM, ao criarem o Novo Banco de Desenvolvimento os BRICS apontam para sua discordância com certas praticas da instituição, como as descritas acima. (ACIOLY, 2019)

Paulo Nogueira Batista Jr. faz a seguinte diferenciação entre o NBD e o Banco Mundial:

Vou comparar o NBD com o outro banco multilateral de desenvolvimento que tem escopo global, o maior e mais importante deles – o Banco Mundial. Por exemplo, o Banco Mundial tem uma gama muito ampla e diversificada de atividades – é um banco de tipo “universal”. Faz de tudo: financia, presta assistência técnica, estabelece condicionalidades, procura orientar as estratégias e políticas econômicas e setoriais dos países, estuda a economia mundial e as economias nacionais, dá consultoria, pretende ser uma fonte de conhecimento (um “knowledge bank”), organiza eventos, publica estudos e documentos, e assim por diante. O NBD pretende atuar de forma focada, não só nos anos iniciais, mas se depender de mim também depois, quando formos maiores. Seremos um banco de projetos na área de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. E pretendemos

concentrar esforços na área de infraestrutura sustentável, em setores como energia renovável (solar e eólica, por exemplo), eficiência energética, tratamento de esgotos, gestão sustentável de água, entre outros.

Outra diferença: o Banco Mundial tem uma estrutura pesada, procedimentos burocratizados e acaba demorando a aprovar projetos. O NBD pretende atuar com rapidez, sem sacrificar qualidade. O nosso objetivo é levar cerca de seis meses entre a identificação da maioria dos projetos e a aprovação na Diretoria. Já conseguimos isso na maioria dos projetos iniciais. A velocidade foi uma marca no primeiro ano do banco. Talvez seja a primeira vez na história que um banco multilateral de desenvolvimento conseguiu, já no seu primeiro ano, aprovar projetos e emitir seu primeiro bônus no mercado. (BATISTA JR., 2016, p.181)

Segundo Stuenkel (2017), uma das instituições estudadas pelos BRICS para desenvolver o NBD foi a Corporação Andina de Fomento (CAF). A CAF é um banco de desenvolvimento para a América Latina, incluindo 18 nações. A instituição financia mais investimentos em infraestrutura do que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento juntos. O CAF se diferencia de outras instituições de financiamento latino-americanas pois ele é financiado quase inteiramente pelos países que ele empresta.

O acordo constitutivo do NBD estipulou que os empréstimos deveriam ser concedidos por meio de empréstimos soberanos para governos ou por meio de bancos de desenvolvimento nacionais. A utilização de bancos de desenvolvimento locais como intermédio para os empréstimos se mostrou um diferencial da instituição em relação ao BM, pois os bancos locais tem um conhecimento consolidados do funcionamento e das necessidades das economias locais, diferentemente do Banco Mundial. (ACIOLY, 2019)

O Acordo Constitutivo do NBD apresenta outro marco importante que são as operações de crédito em moedas locais. O objetivo deste instrumento é a redução dos riscos de flutuação cambial para os tomadores de empréstimos e promoção dos mercados de capitais locais. (ACIOLY, 2019)

O Novo Banco de Desenvolvimento não será restrito aos países que compõe o BRICS. O Acordo Constitutivo do banco prevê a entrada de novos sócios além dos membros fundadores. (ACIOLY, 2019)

Primeiramente, o estatuto estabelece como membros fundadores do NDB: a República Federativa do Brasil, a Federação da Rússia, a República da Índia, a República Popular da China e a República da África do Sul, mas prevê a entrada de novos sócios no banco (capítulo 2, art. 5o).

- a) A adesão será aberta a membros das Nações Unidas em tal momento e tais termos e condições que o banco determinar por uma maioria especial do Conselho de Governadores.
- b) A adesão ao banco será aberta a membros tomadores e não tomadores de empréstimos.
- c) O banco poderá aceitar, conforme decisão do Conselho de Governadores, instituições financeiras internacionais como observadores durante reuniões deste conselho. Países interessados em se tornarem membros também poderão ser convidados como observadores, para estas reuniões (BRASIL, 2015, apud ACIOLY, 2019, p.37).

A distribuição de votos entre os países membros é igualitária equivalendo ao numero de ações subscritas do capital social do banco. Conjuntamente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul detêm 55% do poder de voto total do banco, e essa participação não pode ser reduzida mantendo o poder de voto dos sócios fundadores. O banco também estabelece que os 45% restantes do poder de voto devem ser divididos entre os países em desenvolvimento, que podem deter até 25% do poder de voto, e os países desenvolvidos, que poderiam deter até 20% do poder de voto. Os países desenvolvidos não podem tomar empréstimo com o banco, podendo então somente emprestar, a participação desses países no banco é importante para uma boa classificação de risco da instituição. (ACIOLY, 2019)

A organização interna do banco foi dividida em cinco instancias: o Conselho de Governadores; Conselho de Diretores; Presidente; Vices-presidentes; e o *Staff* do banco.

Cabe exclusivamente ao Conselho de Governadores (não podendo delegar aos diretores) : admitir novos membros e determinar as condições de sua admissão; aumentar ou diminuir o capital social; suspender um membro; emendar o acordo; decidir sobre recursos contra interpretações dadas ao acordo pelo Conselho de Diretores; autorizar a celebração de acordos gerais de cooperação com outras organizações internacionais; determinar a distribuição dos lucros líquidos do banco; decidir encerrar as operações do banco e distribuir seus ativos; decidir sobre o número de vice-presidentes adicionais; eleger o presidente; aprovar proposta do Conselho de Diretores para chamada de capital; e aprovar a estratégia geral do banco a cada cinco anos. (ACIOLY, 2019, p. 40)

A presidência do banco é rotativa entre os 5 países e ficam definido 4 vice-presidentes para o banco, cada um indicado por um dos países que não esta exercendo a presidência no momento. (ACIOLY, 2019)

O Novo Banco de Desenvolvimento passa a existir legalmente em 2015, durante a 17ª Cúpula dos BRICS em Ufa na Rússia. Acioly (2019) faz uma avaliação dos primeiros 3 anos de funcionamento do banco e seus desdobramentos.

Tomando em conta as considerações citadas, a atuação do NDB em seus três primeiros anos de funcionamento envolveu as seguintes realizações: a aprovação de trinta projetos no valor de US\$ 8,1 bilhões; obtenção de rating AAA no mercado doméstico chinês, e recentemente obteve avaliação de crédito internacional AA+ com previsão estável, dada pelas agências S&P Global Ratings e Fitch Ratings; emissão de green bond na China; aumento no nível de capital pago para US\$ 5,3 bilhões; aprovação das políticas operacionais e de risco; estabelecimento de procedimentos administrativos, cobrindo todas as suas áreas funcionais do banco; elaboração dos termos e condições gerais para admissão de novos sócios; assinatura de acordos de cooperação com instituições internacionais e nacionais; estabelecimento do primeiro escritório regional em Joanesburgo, África do Sul; aprovação da estratégia geral do banco para 2017-2021; e assinatura de acordo para o estabelecimento do Escritório Regional das Américas do NDB, no Brasil. (ACIOLY, 2019, p. 48)

Dos US\$ 8,1 bilhões aprovados em financiamento, a China foi a maior beneficiada, recebendo 34% dos financiamentos resultando num montante de US\$ 2,8 bilhões. A Índia foi o segundo país que mais aprovou projetos com o NBD, num total de 32% do total, ou seja, um montante de US\$ 2,5 bilhões, a Rússia ficou com US\$ 1,8 bilhões, 18% do total, a África do Sul com US\$ 680 milhões e o Brasil com US\$ 621 milhões. (ACIOLY, 2019)

Em 2016 o NBD aprovou 7 projetos, num total de US\$ 1,7 bilhões. A Índia fez um empréstimo de US\$ 600 milhões para financiar dois projetos, um foi direcionado para a produção de energia limpa e outro para melhoria de estradas no país. A China tomou US\$ 379 milhões emprestado do NBD para desenvolver dois projetos de energia, um de energia eólica e outro solar. África do Sul desenvolveu um empréstimo de US\$ 180 milhões para um projeto de desenvolvimento de energia renovável. A Rússia tomou emprestado US\$ 100 milhões para a construção de uma planta de energia hidrelétrica na República de Carélia, região russa que faz fronteira com a Finlândia. (ACIOLY, 2019)

Para o Brasil foram aprovados recursos no valor total de US\$ 300 milhões (19,2% das aprovações) para apoiar projetos de energia renovável (energia eólica, solar e hidrelétrica); estima-se que os projetos terão a capacidade adicional de gerar 600 MW de energia limpa, com estimativa de impacto ambiental de redução de 1 milhão de toneladas de CO₂ por ano. Parte desses recursos (US\$ 67,3 milhões) será destinada aos estados do Piauí e Pernambuco, que integram o chamado

Complexo Eólico Araripe 3, envolvendo seis parques dos quatorze existentes, com capacidade total instalada de 358 MW. O tomador do empréstimo é o BNDES, com prazo para pagamento de doze anos, período de carência de três anos e meio e taxa de juros baseada na Libor. Embora as informações do NDB para essa operação no Brasil a classifiquem como não soberana, na prática é quase soberana, pois se trata de banco de desenvolvimento público com baixo ou nenhum risco de não pagamento ou default. (ACIOLY, 2019, p. 53-54)

Em 2017 o Novo Banco de Desenvolvimento aprovou 6 projetos num valor total de US\$ 1,844 bilhões. Desse montante Índia ficou com 44%, para desenvolver projetos de distribuição de água e saneamento básico no país. A Rússia ficou com 28% para a construção de estradas e melhorias na mobilidade urbana, e a modernização do sistema judiciário russo. A China tomou emprestado 27% do total em 2017, para desenvolver um projeto de melhoria no esgotamento de água de modo a evitar problemas com enchentes, e o outro projeto na área energética. No ano de 2017, Brasil e África do Sul não solicitaram financiamento, ou não tiveram nenhum projeto aprovado. (ACIOLY, 2019)

No ano de 2018 foram aprovados 17 projetos pelo NBD num valor total de US\$ 4,7 bilhões. A China solicitou um total de empréstimos de US\$ 1,9 bilhões para desenvolver 5 projetos. A Índia fez um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão para desenvolver 4 projetos no país. Rússia tomou emprestado US\$ 840 milhões para apoiar 3 projetos. Já África do Sul aprovou 2 projetos, um no valor de US\$ 300 milhões e outro de US\$ 200 milhões.

O Brasil teve três projetos aprovados no valor total de US\$ 321 milhões, correspondendo a 7% da carteira do banco em 2018. São eles: i) US\$ 50 milhões para a construção de estradas e drenagem, esgotamento sanitário e telecomunicações em pequenas cidades urbanas e em 29 municípios do estado do Pará; ii) US\$ 71 milhões para melhoria e reconstrução de 143 km de rodovia férrea estadual no Maranhão; e iii) US\$ 200 milhões destinados à melhoria de infraestrutura de duas refinarias da Petrobras com o objetivo de reduzir emissões nocivas ao meio ambiente e prevenir a contaminação do solo e da água. Quanto ao risco, os dois primeiros projetos envolveram financiamentos com garantia soberana para os governos do Pará e do Maranhão, enquanto para o último tratou-se de financiamento não soberano. (ACIOLY, 2019, p. 58)

Acioly (2019) chama a atenção para a quantidade de empréstimos em relação ao a contribuição dos 5 países para o banco. Segundo a autora a China tomou emprestado 4 vezes o valor de sua contribuição, até o momento, já a Índia tomou empréstimos 3,6 vezes maior que sua contribuição, Rússia tomou o dobro de empréstimos, e África do Sul

teve uma relação empréstimo/contribuição igual a 1. O Brasil foi o único que contribuiu mais do que tomou empréstimos com uma relação empréstimo/contribuição igual 0,9. Portanto a autora faz um alerta quanto a definição dos objetivos brasileiros em compor o grupo, pois o objetivo inicial em compor o banco era justificado pela necessidade de investimentos em infraestrutura no país, porém os esforços em desenvolver projetos do Brasil tem se mostrado pequenos em relação aos outros países. No ano de 2020 o Brasil assumirá a presidência do banco, o que fará com que o país tenha mais poder relativo, visibilidade e responsabilidade perante a instituição.

Com base no estudo da atuação do Novo Banco de Desenvolvimento nos primeiros anos de sua atuação podemos afirmar que a instituição tem cumprido o papel o qual foi estabelecido pelo Acordo Constitutivo. O NBD tem se diferenciado das “velhas práticas” do Banco Mundial, criticadas pelos BRICS, ao estabelecer uma estrutura de governança igualitária entre os países membro, e a não exigência de condicionalidades para a concessão de empréstimos. Ademais o Novo Banco de Desenvolvimento tem direcionado os empréstimos para o financiamentos de infraestrutura, saneamento e desenvolvimento de energia sustentável, como propõe o Acordo Constitutivo. (ACIOLY, 2019)

3.3 - Brasil, BRICS, e o Subimperialismo

Luce (2011) ressalta as quatro principais categorias do subimperialismo: 1) uma composição orgânica do capital média (fase dos monopólios e do capital financeiro); 2) um esquema tripartite de realização do capital baseado no Estado, mercado externo e consumo suntuário; 3) uma política de hegemonia regional; 4) cooperação antagônica com o imperialismo.

Marini (2012b) distingue o capitalismo subimperialista do seguinte modo:

Contudo, é possível afirmar que o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial - na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção - e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro. Neste sentido, em nossos dias, o Brasil se identifica como a mais pura expressão do subimperialismo. (MARINI, 2012b, 41)

A constituição do termo BRICs, como já comentado, partiu do empenho de Jim O'Neill (2001) em criar uma categoria que abarcasse os 4 países que segundo suas

projeções se tornariam as maiores economias do mundo, superando alguns países desenvolvidos. A inserção do Brasil nessa categoria aponta para o reconhecimento internacional, em principal do mercado financeiro, do país como um dos maiores e principais países do mundo. Esse argumento pode ser explicitado como o apontamento de O'Neil de que o G7, grupo das 7 maiores economias do mundo, deveria se expandir para integrar Brasil, Rússia, Índia e China. Podemos apontar que o reconhecimento da posição do Brasil na economia mundial se deve a sua já estabelecida composição orgânica média do capital.

Marini (2012a) destaca uma outra característica do Brasil ao chegar a etapa dos monopólios e capitais financeiro. Segundo o autor a internacionalização do capital possibilitou não só a exportação de manufaturas brasileiras para outros países, o Brasil em sua fase subimperialista passa também a exportar capital.

Ocupou-se também, de assegurar áreas de investimento no exterior, mediante operações das empresas estatais, créditos intergovernamentais ou garantias a operações privadas em países da América Latina e da África. Lançado à órbita do capital financeiro internacional, o capitalismo brasileiro faria tudo para atrair o fluxo monetário para si, embora não fosse capaz de assimilá-lo em sua integridade enquanto capital produtivo e devesse reintegrá-lo ao movimento internacional de capitais. Com isso, a seu modo, dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como a espoliação de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás. (MARINI, 2012a, p. 62)

Portanto a decisão do Brasil de integrar e fundar o Novo Banco de Desenvolvimento, que tem como proposta o financiamento de infraestrutura e criação de matrizes energéticas, pode ser apontado como mais um indício de sua característica subimperialista, ao lançar o país num ciclo de exportação de capital-dinheiro para economias emergentes e em desenvolvimento.

Marini (2012a) define o Estado como um dos principais pilares do subimperialismo, pois os capitais dependentes por não conseguirem competir com os imperialistas se utilizariam do Estado para estabelecer projetos próprios.

O problema de fundo é outro: precisamente por assumir conscientemente a decisão de se submeter à tendência integradora que lhe impõem os centros imperialistas, a burguesia dos países dependentes precisa concentrar e organizar suas forças para dela se beneficiar. Suas desvantagens em relação à burguesia

imperialista são demasiadamente grandes para que aquela queira negociar diretamente com esta, e é por essa razão que opta pelo fortalecimento do Estado nacional como instrumento de intermediação. Isto, conjugado à intensificação do processo de concentração e centralização do capital que se verifica nas economias dependentes, a que fizemos referência anteriormente, conduz à reprodução do fenômeno de "aglomeração" do capital com o Estado nacional, ao qual alude Bukharin, nestes países, envolvendo tanto o capital nacional como o estrangeiro. (MARINI, 2012a, p. 66)

No período de vigência do Novo Banco de Desenvolvimento, o Brasil tomou empréstimos para financiar obras de infraestrutura, geração de energia limpa, reconstrução de estradas melhoria no saneamento básico, e melhorias de infraestrutura em refinarias da Petrobras¹¹. Isso nos aponta para mais uma característica do subimperialismo brasileiro, manifestada na sua atuação em conjunto ao BRICS, pois o Estado brasileiro se utiliza dos recursos do NBD para fortalecer a economia nacional e diminuir as desvantagens da capital interno em relação ao capital externo.

Luce (2014), ressalta a importância do mercado externo e do consumo suntuário para a realização do capital subimperialista, porém enfatiza as mudanças históricas do capital brasileiro que assume uma nova forma na contemporaneidade.

Nos dias atuais, sob a vigência do novo padrão exportador de especialização produtiva, a indústria de transformação cedeu lugar às indústrias extrativas. E as matérias-primas despontaram novamente como o segmento que imprime dinamismo ao padrão de reprodução, alterando a forma histórica da dependência. Estes segmentos, juntamente com a valorização financeira em si mesma e alguns poucos ramos do padrão de reprodução anterior (especialmente a indústria automobilística), são a pedra de toque do capitalismo brasileiro nesse começo de século. Se antes os ramos da indústria de automóveis, a de eletrodomésticos e a indústria bélica faziam do mercado externo, do consumo suntuário e do Estado fatores de realização dos valores de uso produzidos, hoje são principalmente as exportações do agronegócio e do segmento de extrativa mineral que mobilizam o mercado externo na segunda fase da circulação, enquanto a indústria automobilística prossegue encontrando no consumo suntuário e no Estado (via isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados) seus canais de realização. (LUCE, 2014, p. 58-59)

¹¹ ACIOLY, Luciana. Arquitetura financeira conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento. 2019.

Segundo Luce (2014), a parceria comercial que o Brasil estabeleceu com a China, mercado para o qual são destinados a maior parte das exportações brasileiras, não altera as condições de dependência do país.

Outra característica do subimperialismo estabelecida por Ruy Mauro Marini é uma política expansionista relativamente autônoma.

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. (MARINI, 2012a, p. 59)

Segundo Stuenkel (2017, p. 248), "os países do BRICS estão desfrutando cada vez mais de privilégios, e alguns de seus vizinhos os descrevem como hegemonias regionais."

A categoria de política expansionista relativamente autônoma se relaciona diretamente com um outro processo descrito por Luce (2014) a cooperação antagônica.

A categoria a expressar a ação do Estado, nas diferentes conjunturas, em uma formação econômico-social que ascendeu à condição subimperialista é da cooperação antagônica. Esta foi definida como a busca de uma autonomia relativa no marco da dependência: 'As relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo devem ser vistas dentro das leis da cooperação antagônica que se estabelecem no processo de integração internacional do capitalismo'. Cooperação antagônica significa que o país subimperialista jamais deixa a condição de economia dependente. (LUCE, 2014, p. 60)

Segundo Stuenkel (2017), o BRICS buscou questionar o funcionamento e a hierarquização das instituições de Bretton Woods expressando opiniões divergentes quanto as normas estabelecidas e a distribuição de votos nessas instituições. Além de questionarem a hierarquização dessas instituições, Brasil, África do Sul e Índia contestaram os diversos privilégios que as economias imperialistas desfrutavam, como por exemplo o direito do EUA em indicar o presidente do Banco Mundial. O autor afirma que esses países não buscaram tanto questionar os preceitos da ordem internacional e do Sistema Financeiro Internacional e sim a disposição dos agentes nessas instituições de modo que todos os países integrantes dessas instituições estivessem sujeitos ao mesmo tipo de normas, de modo que esses Estados tivessem igualdade de representação.

Segundo Marini (2012b), uma das principais características de um capital dependente subimperialista é a cooperação antagônica com os capitais imperialistas.

Reproduzindo à escala mundial a cooperação antagônica levada a cabo no interior do país, ditos regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico: Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se chocam continuamente com este, em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados. (MARINI, 2012b, p. 65)

Portanto a cooperação antagônica é definida pela contradição da relação entre o capital dependente subimperialista e o capital imperialista. Em que o capital subimperialista se confronta com o capital imperialista em busca de melhores condições de reprodução do seu capital. Porém por sua característica dependente o capital subimperialista continua subordinado aos interesses imperialistas. Portanto a cooperação antagônica é uma contradição do subimperialismo, que concomitantemente confronta e coopera com o imperialismo.

Segundo Stuenkel (2017, p. 248), “nenhum dos países do BRICS no momento é capaz de desafiar de forma direta a liderança global dos Estados Unidos - tampouco, como esta análise procurou deixar claro, vem buscando fazê-lo abertamente agora.” O autor afirma que assim que puderem os países dos BRICS buscarão privilégios na governança internacional que possibilitem a sobreposição de seus interesses políticos e econômicos perante outras nações.

Hoje, consoante se pode afirmar, o Brasil na América Latina, a África do Sul na África Austral, Israel no Oriente Médio e a Índia no Sudeste Asiático consistem de exemplos de países subimperialistas, cujas estruturas de poder e lógica de atuação exigem-nos uma análise rigorosa sem prescindir da sua complexa malha categorial. Dessa maneira entre os países do grupo BRICS, Brasil, África do Sul e Índia são economias que expressam tendências examinadas por Marini com base na categoria subimperialismo. (LUCE, 2014, p. 62)

Em síntese, podemos observar as seguintes características no comportamento do capital brasileiro junto ao BRICS: uma composição orgânica do capital média, representado por um capital na fase dos monopólios e do capital financeiro - tais características se sobressaem a partir da constatação do capital brasileiro como um dos maiores do mundo e da exportação de capital-dinheiro brasileiro para outras economias através do NBD; uma realização do capital baseada no Estado e no mercado externo - o papel do NBD é de complementariedade financeira aos projetos de infraestrutura e

construção de matrizes energéticas desenvolvidos pelo Estado brasileiro, além disso o BRICS possibilita uma maior aproximação com a China, um dos principais destinos das exportações brasileiras; Stuenkel explicita o carácter hegemônico regional dos BRICS em suas zonas de influência; a cooperação antagônica, a principal contradição do BRICS é a de criticar as instituições de Bretton Woods ao mesmo tempo em que reforçam a importância das mesmas e integram suas novas instituições - que tinham o propósito de se diferenciar do FMI e do BM - as instituições criticadas. Portanto a conduta brasileira em conjunto ao BRICS apontam para evidências que o capital dependente brasileiro é subimperialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo BRICs surge em 2001 a partir da avaliação de Jim O'Neil, para Goldman Sachs, sobre o desempenho do Brasil, Rússia, Índia e China na economia internacional e da projeção de um ciclo maior de crescimento dessas economias. (O'Neil, 2001)

A crise de 2008 foi causada em grande parte pelo processo de desregulamentação dos mercados financeiros internacionais que se inicia nos anos 1970 e se intensifica nos anos 1990 - a partir do fim da URSS e da ascensão do neoliberalismo como via única para o desenvolvimento econômico - e pela forma que assume o capitalismo contemporâneo de subordinação ao capital fictício. (CARCANHOLO, 2010)

A crise teve como epicentro as economias centrais, EUA e União Europeia. As economias emergentes, que foram menos afetadas pela crise do que os países desenvolvidos, utilizaram deste momento propício para exporem suas insatisfações quanto ao sistema financeiro internacional e as instituições de Bretton Woods. Uma das grandes mudanças na governança internacional foi a utilização do G20 para a discussão sobre as causas, os desdobramentos e possíveis soluções para a crise. Os BRICS utilizaram do G20 para expor seu descontentamento com a representatividade do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Esses países exigiam reformas profundas dessas instituições. Dentre as propostas de reforma apresentadas estavam: a reforma da distribuição de cotas do FMI; a mudança de cotas do Banco Mundial; uma melhor hierarquização das duas instituições; que o FMI atuasse mais como supervisor global do que prestador; que o Banco Mundial financiasse mais projetos de desenvolvimento, principalmente nas áreas desenvolvimento humano, infraestrutura e tecnologias sustentáveis. O nível de representatividade que esses países obtiveram durante a crise fez com que as decisões do G20 refletissem as insatisfações e propostas estabelecidas pelo BRICS. Porém o FMI e o Banco Mundial não lograram adotar as reformas exigidas pelo G20. (STUENKEL, 2017)

A insatisfação dos BRICS com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e a incapacidade dessas instituições em adotar as medidas decididas pelo G20, levou esses 5 países a criarem instituições financeiras que estivessem mais de acordo com a visão deles. Em 2014 durante a VI Cúpula dos BRICS, em Fortaleza, é anunciado a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas. (STUENKEL, 2017)

O propósito do Arranjo Contingente de Reservas é de ser um fundo compartilhado pelos BRICS para auxiliar esses países em caso de pressões de liquidez, com valor de

US\$ 100 bilhões. A ideia do fundo se assemelha muito as funções atuais do FMI. Apesar dos BRICS apresentarem descontentamentos com o FMI, o ACR tem o acesso de parte das reservas vinculado ao FMI. Para acessar mais que 30% do fundo, o país requerente deve firmar um acordo com o FMI aceitando as políticas de austeridade exigidas pela instituição como condicionalidade. (STUENKEL, 2017)

O Acordo Constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento estabelece que o banco deve financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes e em desenvolvimento. O capital inicial autorizado do banco foi estabelecido em US\$ 100 bilhões. O NBD se diferencia do Banco Mundial pois não exige condicionalidades como contrapartida aos empréstimos. As condicionalidades exigidas pelo BM consistiam em uma das críticas dos BRICS ao Banco Mundial, pois esse países consideram que as exigências das mesmas ferem a soberania dos países tomadores de empréstimo. (STUENKEL, 2017)

Segundo a análise das operações do NBD nos seus primeiros 3 anos de atuação, podemos constatar que o banco tem servido a seu propósito de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. A maioria dos projetos aprovados pelo NBD são voltados para a melhora de infraestrutura rodoviária e de saneamento básico e o desenvolvimento de matrizes energéticas de fonte limpa, como eólica, solar e hidrelétrica. Dentre os 5 países que compõe o BRICS o Brasil foi o que menos tomou empréstimos, e o único que tomou menos empréstimos do que contribuiu para o capital do banco até momento. Os financiamentos desenvolvidos pelo país foram voltados para a construção de matrizes energéticas de fonte limpa e melhoria em infraestrutura rodoviária, de saneamento básico e de uma refinaria da Petrobras. (ACIOLY, 2019)

Pretendemos analisar a conduta brasileira perante ao BRICS a partir de um arcabouço teórico da Teoria Marxista da Dependência, e identificar se as características da categoria subimperialismo podem ser encontradas nessa conduta. A TMD trouxe a compreensão de que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são processos desvinculados, pelo contrário, os autores dessa linha teórica acreditam que a dependência é a subordinação de certas economias em benefício ao desenvolvimento de outras. Isso ocorre por meio da transferência de parte do valor gerado nas economias dependentes para as economias imperialistas, o que implica a acumulação deste valor transferido nos países imperialistas, em detrimento dos países dependentes. Outra característica de uma economia dependente é a superexploração da força de trabalho, que é a maneira pela qual os capitais dependentes compensam o valor transferido para os capitais imperialistas. Marini identifica três mecanismo utilizados para a

superexploração: a intensificação do trabalho; o aumento da jornada de trabalho sem que haja em contrapartida um aumento salarial ; e expropriação pelo capitalista de parte do tempo necessário para o trabalhado repor sua força de trabalho. (MARINI, 2000)

Luce (2011), a partir de seu estudo sobre a categoria subimperialismo na obra de Marini, identifica quatro principais categorias do subimperialismo: 1) uma composição orgânica do capital média (fase dos monopólios e do capital financeiro); 2) um esquema tripartite de realização do capital baseado no Estado, mercado externo e consumo suntuário; 3) uma política de hegemonia regional; 4) cooperação antagônica com o imperialismo.

Perante a análise da política externa brasileira conjunta ao BRICS sob a ótica da TMD e da categoria subimperialismo podemos apontar: que o Brasil possui uma composição orgânica média de seu capital, e que tem utilizado do Novo Banco de Desenvolvimento para exportar capital-dinheiro para economias emergentes e em desenvolvimento; uma realização do capital baseada no Estado, no mercado externo em que o papel do NBD é de complementar financeiramente projetos de infraestrutura e construção de matrizes energéticas desenvolvidos pelo Estado brasileiro, e que o BRICS possibilita uma maior aproximação com a China, um dos principais destinos das exportação brasileiras; o BRICS possibilita a reiteração e ampliação da hegemonia regional desses países em suas zonas de influencia; e que ao questionar a conduta das instituições de Bretton Woods mas ao mesmo tempo reafirmar a legitimidade das mesmas e vincular ACR ao FMI, o BRICS firma uma cooperação antagônica com os países imperialistas.

Marini (2012a, p. 66), faz uma importante ressalva sobre a categoria subimperialismo, "Além de ser uma categoria analítica, o subimperialismo é um fenômeno histórico e, como tal, seu estudo exige o exame cuidadoso de seu processo de desenvolvimento."

Deste modo podemos concluir que a manifestação do subimperialismo brasileiro na inserção do Brasil em conjunto ao BRICS foi possibilitada por condições históricas específicas, como a crise de 2008, a ascensão das economias emergentes e a insatisfação conjunta desses países com as instituições de Bretton Woods. Portanto é necessária a continuidade do estudo sobre o subimperialismo para se compreender as novas formas que ele assume e assumirá no decurso da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLY, Luciana. *Arquitetura financeira conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento*. 2019. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9154/1/TD_2463.pdf >
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálysis*, Florianópolis: Ed. UFSC, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000200011>>.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. Brics – Novo Banco de Desenvolvimento. *Estudos avançados*, v. 30, n. 88, p. 179-184, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n88/0103-4014-ea-30-88-0179.pdf>
- BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, nº. 36, p. 115-127, 2013.
- BORGES, Luiz Ferreira Xavier. Securitização como parte da segregação de risco. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.6, n.12, p. 123-136, dez. 1999.
- BRICS. *VI Cúpula dos BRICS: Declaração de Fortaleza*. Ministério das Relações Exteriores: Fortaleza, 2014. Documento disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5704-vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014>
- _____. *Treaty for the Establishment of a Contigent Reserve Arrangement*, 15 jul. 2014. Documento disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140715-treaty.html>
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora*, Marília, Ed. Unesp. v. 3, n. 2, 2010.

_____, Marcelo Dias.; BARUCO, G. C. da C. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v.21, p.9-23, jul/dez. 2011.

_____, Marcelo Dias. *Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90*. Rio de Janeiro, 2002. 251 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____, Marcelo Dias; DA CUNHA BARUCO, Grasiela Cristina. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. *Lutas Sociais*, São Paulo, PUCSP, n. 21/22, p. 132-145, 2009.

_____, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, 2008.

_____, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 191-205, jan/abr. 2013.

CARVALHO, Fernando Cardim. A influência do FMI na escolha de políticas macroeconômicas em uma economia emergente: o caso do Brasil. *Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços*. São Paulo: Manole, p. 50, 2003.

_____, Fernando Cardim de. Entendendo a recente crise financeira global. *Dossiê da Crise*, Associação Keynesiana Brasileira v.1, p.16-22, 2008. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>,

FARHI, Maryse et al. A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. *Dossiê da Crise*, Associação Keynesiana Brasileira v.1, p.23-28, 2008. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>,

FUKUYAMA, F. The End of History? *The National Interest*, nº 16, p. 3-18, 1989. Disponível em: < www.jstor.org/stable/24027184>.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

KRUGMAN, Paul. A crise de 2008 e a economia da depressão. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 180-182, 2010.

LEITE, Leonardo de Magalhães. Imperialismo, dependência e subimperialismo: mapeando as relações categoriais. *Revista Espacio Crítico*, Colômbia, n.22, p. 28-38, 2015.

_____, Leonardo M. *O canal mais oculto do imperialismo: breve genealogia da categoria da troca desigual a partir das formulações pioneiras sobre o tema*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2019: Marxismo sem tabus – enfrentando opressões, 2019, Niterói. Anais... Niterói (RJ): Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), 2019. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC11/MC113.pdf>>.

LUCE, Mathias Seibel. *A Teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. Porto Alegre, 2011. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?...1>>.

_____, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Tensões mundiais*. Fortaleza, v. 10, n. 18, p. 43-65, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. *Outubro*, n. 20, 2012a. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-20-Artigo-02.pdf> >.

_____, Ruy Mauro; SADER, Emir. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes: Buenos Aires: CLACSO. 2000

_____, Ruy Mauro. *El subimperialismo brasileño*. Documento de Trabajo. Santiago de Chile: Centro de Estudios Socio-economicos, Universidad do Chile, 1971. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/239114126/1971-Ruy-Mauro-Marini-El-subimperialismo-brasileno-CESO-Documento-de-Trabajo>>.

_____, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 3. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012b. 270 p.

MAZZUCHELLI, F. *Os dias ao sol: a trajetória do capitalismo no pós-guerra*. Campinas: Facamp Editora, 2013.

O'NEILL, Jim et al. *Building better global economic BRICs*. 2001.

Ramos, L. (2014). Potências médias emergentes e reforma da arquitetura financeira mundial?: Uma análise do BRICS no G20. *Revista de Sociologia e Política*, 22(50), 49-65. Acessado em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v22n50/05.pdf>

RUFIN, Jean-Christophe. *O império e os novos bárbaros*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. Tradução de André Amado

STUENKEL, Oliver. *BRICS e o futuro da ordem global*. Editora Paz e Terra, 2017